GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Plano Estadual
Fundo de Erradicação da Miséria
Diagnóstico Quantitativo

Belo Horizonte
Novembro 2024

Entendimentos sobre o conceito de pobreza: da pobreza monetária à noção das vulnerabilidades sociais

Segundo o "Panorama Social da América Latina 2022", uma publicação anual da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), a pobreza e a extrema pobreza registraram uma ampliação expressiva no continente ao longo dos últimos anos e muito disso se deve, dentre outros fatores, aos impactos provocados pela crise política e econômica provocados pela pandemia de Covid-19, que causou uma crise social significativa que se prolonga pelo terceiro ano. Os níveis de pobreza e extrema pobreza atuais na América Latina são equivalentes aos níveis de 12 e 20 anos atrás, respectivamente. Usando metodologia própria, a CEPAL estima que a pobreza afeta 45,4% das pessoas menores de 18 anos na América Latina, valor 13,3 pontos percentuais superior ao da média correspondente à população total. Em relação à pobreza extrema, esta afeta 18,5% das pessoas menores de 18 anos. Uma consequência de tamanho retrocesso nos níveis de pobreza e extrema pobreza é o fato de o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável[1] para a década ficar ainda mais distante.

O ODS 1 prevê a erradicação da extrema pobreza até o final de 2030. Mas as projeções mostram que mesmo se, daqui em diante, o PIB na região crescer 1% ao ano e o Índice de Gini reduzir em 1% chegaremos em 2030 com 9.6% de extrema pobreza, um valor ainda distante da meta de erradicação do fenômeno. A situação poderia ser ainda pior caso não fossem realizados os programas de transferência de renda durante a pandemia por parte dos governos nacionais e subnacionais. Nesse eventual cenário, o percentual de extremamente pobres poderia ser de 15.8% e o de pobres de 37.2%. O relatório ainda mostra que o número de pessoas nos extratos de renda intermediários diminuiu em 4.1% durante a pandemia. Por outro lado, o número de pessoas nos extratos inferiores aumentou em 4.5%. A renda diminuiu devido a diversos fatores, como a perda do emprego e a redução dos salários daqueles que se mantiveram no emprego.

A respeito da pobreza, é importante frisar que este conceito não foi (e possivelmente nunca será) uma unanimidade. Ao longo dos últimos dois séculos o entendimento sobre o que é a pobreza apresentou variações significativas. Até o início do século passado preponderou no debate público a ideia da pobreza enquanto a ausência de meios para a subsistência básica dos indivíduos. Por "meios de subsistência" entende-se o necessário para a sobrevivência biológica das pessoas. Esse entendimento ainda influencia os diagnósticos atuais sobre pobreza e as políticas públicas voltadas para o assunto: é o famoso método calórico (Soares, 2009). A construção dessas linhas de pobreza passa pela elaboração de um valor mínimo de renda que seria suficiente para que os indivíduos tivessem acesso aos alimentos que suprissem uma determinada quantidade de calorias (e, às vezes, de nutrientes) diárias, que, por sua vez, seriam suficientes para esses indivíduos manterem sua existência biológica tendo em vista as atividades metabólicas realizadas em um dia normal. A mensuração da pobreza nesse tipo de perspectiva passa essencialmente por medir o nível de renda das famílias. É uma abordagem necessariamente monetária.

Mas há medida que o debate sobre a pobreza foi se desenvolvendo, novas dimensões e visões sobre o fenômeno foram sendo criadas. Nesse sentido, um segundo conceito muito influente foi o de pobreza enquanto necessidades básicas não satisfeitas. Necessidades básicas podem se restringir àquelas que permitem a sobrevivência biológica pura e simplesmente ou podem abranger também outros tipos de necessidades que permitem a pessoa ter uma vida considerada digna em determinado contexto sociocultural: o acesso à saúde, à educação, ao transporte, etc. Os conflitos aqui passam pela questão de definir "o que são necessidades básicas". Nesse caso, a renda também pode ser usada como uma das dimensões que caracteriza o fenômeno da pobreza.

Um terceiro entendimento sobre a pobreza, formulado pelo economista indiano Amartya Sen, também sublinhou a natureza multidimensional do fenômeno. Trata-se do conceito de Pobreza como privação de capacidades ou ausência de liberdade. A privação de certas capacidades, como a capacidade de ter renda, saúde, educação etc., implica também em ausência de liberdade para a pessoa viver a vida como deseja. Essa abordagem retira ainda mais a centralidade da renda na mensuração da pobreza. A renda, obviamente, determina as capacidades dos indivíduos, mas outros fatores também participam desse processo: idade, sexo, saúde, educação, dentre outros.

Uma quarta visão sobre o fenômeno da pobreza passa pela noção de "vulnerabilidade". A rigor, vulnerabilidade e pobreza são conceitos diferentes; mas eles estão muito relacionados. Vulnerabilidade social é a condição de ausência de capacidade de reagir ou se proteger de determinados acontecimentos que colocam riscos a um indivíduo, família ou coletividade. A visão da pobreza como um fenômeno intrinsecamente ligado à vulnerabilidade permite entender de que forma diferentes coletividades estão expostas em diferentes níveis a acontecimentos inesperados como pandemias, desastres e crises econômicas, que põem em risco sua existência e sua qualidade de vida. A ausência de determinados ativos pode aumentar a condição de vulnerabilidade dos indivíduos. Para nossos propósitos, o ponto mais importante a ser sublinhado é que a mensuração da vulnerabilidade, assim como da pobreza, também envolve a análise de múltiplas dimensões.

Todos esses conceitos trazem uma tentativa de compreensão do fenômeno da pobreza, bem como buscam dotar as gestões públicas de todo o mundo de um norte para enfrentá-la, visto que permitem calcular indicadores a respeito da pobreza em determinado território. Mesmo o conceito de pobreza monetária, aparentemente mais simplificado, pode ser útil para o desenvolvimento de determinadas políticas públicas.

Desse modo, findado o resgate das distintas visões de pobreza formuladas nos últimos anos, a seção de Diagnóstico do Plano tratará de apresentar dados de pobreza do Estado de Minas Gerais, tanto pela lógica monetária quanto pela lógica multidimensional. Também serão apresentados dados sobre as prioridades da Secretaria: empregabilidade e primeira infância.

A formulação do conceito de pobreza multidimensional tem uma de suas bases nos estudos do economista indiano Amartya Sen. A pobreza multidimensional configura-se como uma evolução do conceito de pobreza estritamente monetária, que entende este

fenômeno exclusivamente como falta de acesso à renda para adquirir bens básicos para sobrevivência. A pobreza multidimensional considera a pobreza como privação de capacidades ou ausência de liberdade. A privação de certas capacidades, como a capacidade de ter renda, saúde, educação, dentre outros, implica também em ausência de liberdade para a pessoa viver a vida como deseja. A renda, obviamente, determina as capacidades dos indivíduos, mas outros fatores também participam desse processo: idade, sexo, saúde, educação, dentre outros. Assim, a análise da pobreza de forma multidimensional configura-se como um esforço para mensurar outras privações vivenciadas pelas famílias que dificultam ou até inviabilizam sua conquista de autonomia. Em Minas Gerais, a mensuração da pobreza multidimensional considera o acesso à saneamento básico, energia elétrica, trabalho e habitação digna.

Diagnóstico: Pobreza

Esta seção apresenta dados sobre a pobreza no estado de Minas Gerais, tanto sob uma perspectiva monetária quanto considerando a pobreza como um fenômeno que pode se desdobrar em múltiplas privações, para além da renda. Os dados apresentados são do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e de bases públicas de registros administrativos ou pesquisas amostrais. O CadÚnico, para além de uma fonte de informações, é um dos instrumentos utilizados pela Secretaria de Estado do Governo de Minas Gerais para focalização, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Por isso, é importante utilizar o CadÚnico no diagnóstico do Plano Estadual de Promoção ao Desenvolvimento Social, mesmo que as mesmas informações, em nível agregado, estejam também disponíveis em outras pesquisas. O CadÚnico, diferentemente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) por exemplo, permite a adoção de unidades de análise mais pertinentes com a atuação da secretaria: regional Sedese, municípios isolados e famílias. E diferentemente do Censo Demográfico, permite a análise contínua em diferentes pontos no tempo no passado recente.

O CadÚnico tem o objetivo levantar e armazenar dados das famílias de baixa renda de todos os municípios do país[1]. Em relação à pobreza em termos monetários, o CadÚnico classifica o nível de pobreza das famílias de acordo com as seguintes faixas de renda:

1. Famílias em situação de extrema pobreza: Famílias com renda familiar per capita mensal de R$0,00 a R$109,00.
2. Famílias em situação de pobreza: Famílias com renda familiar per capital mensal de R$109,01 a R$218,00.
3. Famílias de baixa renda: Famílias com renda familiar per capital mensal de R$218,01 até meio salário-mínimo vigente.

Adiante, no presente documento, **serão tratadas como famílias e pessoas abaixo da linha da pobreza todas aquelas famílias, e respectivos membros familiares, que se encontram nas faixas de renda correspondentes às situações de extrema pobreza e de pobreza**.

Comparando-se os dados da PNADc[2] e do CadÚnico, é possível estimar o tamanho percentual da população dos municípios abaixo da linha da pobreza, uma vez que pela

1 As famílias cadastradas podem ser selecionadas para se tornarem beneficiárias de vários programas sociais dos três níveis de governo. São elegíveis ao cadastramento as famílias com renda mensal per capita inferior a meio salário-mínimo vigente. Contudo, famílias com renda superior somente podem ser incluídas no CadÚnico para atendimento em programas governamentais específicos. O cadastramento das famílias no Cadastro Único é realizado pelas gestões municipais, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou nos postos de atendimento do CadÚnico.

2 PNADc é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, desenvolvida pelo IBGE, que visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução da força de trabalho, além outras informações necessárias

PNADc é possível saber o total de pessoas residentes no Estado. Na tabela abaixo, é apresentado o cálculo de quanto representa, em termos percentuais, a população cadastrada no CadÚnico abaixo da linha da pobreza[3] em relação à população total do estado.

Tabela 1: Pessoas em Minas Gerais no total e por faixas de renda de classificação da pobreza monetária

	População de Minas Gerais	População em extrema pobreza	População em pobreza	Percentual de pessoas em extrema pobreza	Percentual de pessoas em pobreza	Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza
2023	21.661.907	2.876.676	1.029.501	13,3%	4,7%	18%
2019	21.204.358	2.702.455	940.459	12,7%	4,4%	17,1%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.

Pelos dados da Tabela 1, é possível notar que, em dezembro de 2023, a população em extrema pobreza – cadastrada no CadÚnico – corresponde a 13,3% da população total do estado e a população cadastrada em situação de pobreza corresponde a 4,7%. Juntando as duas faixas, verifica-se que **18% da população do estado se encontra no CadÚnico, abaixo da linha da pobreza**. Em 2019, este percentual corresponde a 17,1% da população do estado.

É importante esmiuçar a análise da pobreza sobre os âmbitos rural e urbano, uma vez que os dados mostram que esses espaços possuem diferenças significativas no que diz respeito às privações vivenciadas pelas famílias, em relação não só ao acesso à renda como também a bens ou serviços básicos.

Se tratando da renda das famílias de Minas Gerais, as tabelas[4] abaixo mostram **tendências opostas nos 4 anos de análise entre os recortes urbano e rural, tanto no que**

para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Os dados da PNADc utilizados neste documento correspondem ao quarto trimestre dos anos de 2019 e 2023.

[3] Segundo Barros, Carvalho e Medonça (2009), o CadÚnico abrange "quase totalidade da população mais pobre do país" (p. 7). No entanto, reconhece-se que há possíveis defasagens de cobertura de todo o público-alvo do cadastramento e que elas podem estar associadas a vários fatores, como a proporção de pessoas residentes em áreas urbanas, as lacunas de informações sobre o acesso a programas sociais, as dificuldades de acesso aos equipamentos da Assistência Social, dentre outros. Desse modo, pretende-se enfatizar que além de reconhecer os possíveis limites de cobertura do CadÚnico, reconhece-se ainda que não são aleatórios.

[4] Em relação às tabelas 2, 3, 6 e 7, é necessário fazer algumas pontuações sobre a forma como as duas bases empregadas para a produção dos dados apresentados (PNADc e CadÚnico) classificam os domicílios pela localidade urbana e rural. No caso da PNADc, o plano amostral possui estratificação urbana e rural e, dessa forma, são sorteados separadamente, para fazerem parte da pesquisa, os domicílios situados em setores censitários urbanos e ruais, assim classificados objetivamente pelas características avaliadas (IBGE, 2014). Já no caso do CadÚnico, a variável sobre a localidade da família é autodeclarada, não havendo um critério único

diz respeito ao tamanho da população como de sua composição de renda. Em primeiro lugar, destaca-se que a população urbana do estado cresceu nesse período, enquanto a população rural diminuiu.

Segundo, com relação à população urbana, houve não só um crescimento absoluto de população residente, como também um aumento relativo de pessoas cadastradas abaixo da linha da pobreza. O aumento relativo da pobreza monetária no espaço urbano pode estar associado ao aumento do desemprego na pandemia de COVID-19.

Já em relação à população rural, a diminuição do tamanho absoluto da população foi acompanhada de uma redução do percentual de pessoas em extrema pobreza e do aumento do percentual de pessoas em situação de pobreza. Considerando as duas faixas de renda em conjunto, o percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza em âmbito rural caiu 1,5 pontos percentuais no período considerado.

Tabela 2: Pessoas em Minas Gerais que vivem em áreas urbanas, no total e por faixas de renda de classificação da pobreza monetária

	População urbana de Minas Gerais	População urbana em extrema pobreza	População urbana em pobreza	Percentual de população urbana em extrema pobreza	Percentual de população urbana em pobreza	Percentual de população urbana abaixo da linha da pobreza
2023	18.945.539	2.222.748	833.053	11,7%	4,4%	16,1%
2019	18.438.578	1.991.402	755.828	10,8%	4,1%	14,9%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.

Tabela 3: Pessoas em Minas Gerais que vivem em áreas rurais, no total e por faixas de renda de classificação da pobreza monetária

	População rural de Minas Gerais	População rural em extrema pobreza	População rural em pobreza	Percentual de população rural em extrema pobreza	Percentual de população rural em pobreza	Percentual de população rural abaixo da linha da pobreza
2023	2.716.368	630.788	195.977	23,2%	7,2%	30,4%
2019	2.765.780	697.672	184.508	25,2%	6,7%	31,9%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.

e padronizado de classificação. A forma ideal de integração das duas bases seria pela sobreposição em mapas dos domicílios cadastrados no CadÚnico e a malha de setores censitários brasileiros. Entretanto, para isso são necessários primeiramente esforços de georreferenciamento das famílias do CadÚnico pelas informações de endereço cadastradas. Esse esforço vem sendo realizado atualmente pela Sedese, mas ainda não há dados conclusivos.

Até o momento, os dados apresentados dizem respeito somente à incidência da pobreza monetária no estado de Minas Gerais. No entanto, reconhecendo-se as limitações de analisar este fenômeno por meio da abordagem estritamente monetária, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais construiu um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM/MG).

Trata-se de um indicador construído com dados do CadÚnico que classifica o nível de pobreza das famílias cadastradas a partir de 12 indicadores que se distribuem em 4 dimensões, a saber: Saneamento básico; Educação; Padrão de vida; Trabalho. Os indicadores de cada dimensão são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 4: Indicadores que compõem o IPM, por dimensão

Dimensão	Indicador	A família se encontra em privação se...
Saneamento Básico	Coleta de lixo	... não há coleta adequada de lixo
	Instalação sanitária	... não há banheiro ou escoamento sanitário adequado
	Água encanada	... não há água canalizada
Educação	Adultos sem ensino fundamental	... algum adulto de 25 anos ou mais não concluiu o ensino fundamental
	Distorção idade-série	... alguma criança ou adolescente de 8 a 17 anos está em defasagem na escola de 2 anos ou mais em relação à série escolar apropriada para sua idade
	Frequência escolar	... alguma criança ou adolescente de 6 a 17 anos não se encontra matriculada na escola
Padrão de Vida	Energia elétrica	... não há iluminação elétrica
	Material de construção do domicílio	... o material predominante das paredes externas ou do piso da casa são inadequados
	Densidade de moradores por dormitório	... há 2 ou mais moradores por dormitório ou não cômodos considerados dormitórios
Trabalho	Trabalho formal	... não há nenhum membro do domicílio, acima de 25 anos, que tenha trabalho formal
	Jovens nem-nem	... há algum jovem de 14 a 24 anos que nem estuda e nem trabalha
	Trabalho infantil[5]	... há alguma criança no domicílio que trabalha

[5] Segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, são consideradas trabalho infantil as diversas atividades econômicas ou atividades de sobrevivência realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, sejam elas remuneradas ou não, com ou sem finalidade de lucro.

O IPM é um índice que atribui a cada família do estado de Minas Gerais que se encontra no CadÚnico[6] um *score* do seu nível de privação nos múltiplos aspectos avaliados. Famílias que vivenciam privações em mais aspectos (*score* igual ou superior a 0,33) são consideradas pobres multidimensionais.

Apesar de ser um índice cuja unidade de análise são as famílias e os membros familiares, é possível extrair dele medidas para compreender o fenômeno da pobreza em municípios, regionais do estado, no estado como um todo e no interior de grupos sociais de interesse. **A construção de um índice padronizado e multidimensional para a mensuração da pobreza permite a análise objetiva da evolução do número de famílias e indivíduos nessa condição, bem como o exame detalhado de cada componente do índice para saber qual tipo de privação atinge mais a população de determinada localidade ou grupo de interesse**.

Partindo-se da análise geral do estado, a tabela abaixo compara os números de pessoas do estado, em 2019 e 2023, em situação de pobreza monetária, multidimensional e crônica (quando essas duas formas de pobreza se sobrepõem). As pessoas consideradas pobres monetárias são aquelas que se encontram abaixo da linha da pobreza[7] e as multidimensionalmente pobres, como já dito anteriormente, são aquelas cuja família possui *score* do IPM equivalente ou superior a 0,33.

Tabela 5: Pessoas de Minas Gerais consideradas pobres monetárias, multidimensionais e crônicas

	População de Minas Gerais	Pessoas pobres monetárias	%	Pessoas pobres multidimensionais	%	Pessoas pobres crônicas	%
2023	21.661.907	3.724.224	17,2%	1.543.063	7,1%	930.811	4,3%
2019	21.204.358	3.595.675	17%	2.034.091	9,6%	1.399.816	6,6%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.
Os dados do CadÚnico foram trabalhados pela Sedese/MG.

Há uma diferença relevante entre os percentuais de pessoas que são pobres monetárias e que são pobres multidimensionais. Dentre as pessoas que são pobres estritamente sob o aspecto monetário, podem estar presentes pobres temporários, que são pessoas que se encontram em situação de pobreza pela falta momentânea de acesso a benefícios assistenciais ou oportunidades no mercado de trabalho, seja para si mesmo ou

[6] Para o cálculo do IPM, foram desconsideradas as famílias no CadÚnico que se encontravam com dados cadastrais pendentes ou não atualizados nos últimos 48 meses, que residiam em domicílios coletivos ou se encontravam em situação de rua.

[7] Para a comparação da pobreza monetária com a pobreza multidimensional – e a análise da sobreposição de ambas no mesmo universo de indivíduos – as tabelas 5, 6 e 7 tiram do escopo de pobres monetários as pessoas de famílias que não são incorporadas no cálculo do IPM (vide a nota de rodapé anterior).

outros membros da família. **A situação de pobreza é mais delicada quando as pessoas convivem com privações múltiplas em seu núcleo familiar, para além da renda. As pessoas em situação de pobreza crônica exigem esforços mais intensos e articulados das políticas públicas para que tal condição seja revertida de maneira efetiva.**

Vale destacar que, enquanto o percentual de pessoas pobres monetárias aumentou entre os anos de 2019 e 2023, os percentuais de pessoas pobres multidimensionais e crônicas diminuíram. Para complementar a análise, a tabela abaixo mostra os resultados específicos de pessoas em áreas urbanas e rurais.

Tabela 6: Pessoas de Minas Gerais que vivem em áreas urbanas e rurais, consideradas pobres monetárias, multidimensionais e crônicas

	População de Minas Gerais	% de pobres monetários	% de pobres multidimensionais	% de pobres crônicos
Urbano 2023	18.945.539	15,5%	3,9%	2,3%
Urbano 2019	18.438.578	14,8%	6,1%	4,1%
Rural 2023	2.716.368	29,3%	29,5%	17,9%
Rural 2019	2.765.780	31,6%	33,2%	23,1%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.
Os dados do CadÚnico foram trabalhados pela Sedese/MG.

Os dados da Tabela 6 revelam que a pobreza multidimensional é um fenômeno mais característico das áreas rurais que urbanas, uma vez que atinge um percentual maior de pessoas. Apesar da população rural ser menor que a população urbana no estado de Minas Gerais, uma fatia de 29,5% das pessoas que residem em área rural apresenta privações múltiplas em 2023. Além disso, cerca de 18% da população rural do estado sofre de pobreza crônica.

Como poderá ser visto pelos dados abaixo, todos os indicadores que compõem o IPM apresentam percentual mais acentuado de pessoas em situação de pobreza multidimensional na área rural. As discrepâncias são mais elevadas, em pontos percentuais, nos indicadores referentes a serviços relacionados ao domicílio (*Instalação Sanitária* e *Água Encanada*, por exemplo), no indicador de *Adultos sem Ensino Fundamental* e no de acesso ao *Trabalho Formal*.

Para a leitura dos dados das Tabelas 7,8, 9 e 10, é preciso ter em mente que o IPM se baseia na premissa de que o olhar sobre as privações deve sempre partir do ponto de vista familiar. Pressupõe-se que as privações de cada membro familiar, em sua jornada pessoal de vida, possuem ligação direta nas possíveis privações de outros membros familiares. Por haver esta conectividade entre as privações de pessoas dentro de um mesmo núcleo familiar, os quantitativos das tabelas a seguir se referem pessoas que convivem com cada privação no interior de sua família. Para se obter tais números, foram contabilizados

todos os membros familiares dos domicílios que apresentam tais privações, mesmo quando os indicadores tratados observam pessoas de determinado perfil etário.

Tabela 7: Percentual de pessoas que vivenciam em suas famílias as privações dos indicadores da dimensão de Saneamento Básico do IPM, em todo o estado de Minas Gerais e segundo a distribuição por áreas urbanas e rurais

População de Minas Gerais		Percentual de pessoas em famílias que possuem privação em...		
		Coleta de lixo	Instalação sanitária	Água encanada
Total 2023	21.661.907	5,8%	5,7%	1,1%
Total 2019	21.204.358	5,8%	6,1%	1,4%
Urbana 2023	18.945.539	1,8%	2,5%	0,3%
Urbana 2019	18.438.578	1,6%	2,8%	0,4%
Rural 2023	2.716.368	34,1%	27,5%	6,1%
Rural 2019	2.765.780	33,6%	28,6%	7,7%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.
Os dados do CadÚnico foram trabalhados pela Sedese/MG.

Tabela 8: Percentual de pessoas que vivenciam em suas famílias as privações dos indicadores da dimensão de Educação do IPM, em todo o estado de Minas Gerais e segundo a distribuição por áreas urbanas e rurais

População de Minas Gerais		Percentual de pessoas em famílias que possuem privação em...		
		Adultos sem ensino fundamental	Distorção idade-série	Frequência escolar
Total 2023	21.661.907	19,8%	4,2%	0,9%
Total 2019	21.204.358	20,8%	4,9%	1%
Urbana 2023	18.945.539	17,6%	3,9%	0,8%
Urbana 2019	18.438.578	18,3%	4,4%	0,9%
Rural 2023	2.716.368	35,3%	6,1%	1,3%
Rural 2019	2.765.780	37,5%	8,1%	1,7%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.
Os dados do CadÚnico foram trabalhados pela Sedese/MG.

Tabela 9: Percentual de pessoas que vivenciam em suas famílias as privações dos indicadores da dimensão de Padrão de Vida do IPM, em todo o estado de Minas Gerais e segundo a distribuição por áreas urbanas e rurais

População de Minas Gerais		Percentual de pessoas em famílias que possuem privação em...		
		Energia elétrica	Material de construção do domicílio	Densidade de moradores por dormitório
Total 2023	21.661.907	0,5%	9,5%	6,3%
Total 2019	21.204.358	0,5%	10,6%	7,3%
Urbana 2023	18.945.539	0,4%	7,3%	6%
Urbana 2019	18.438.578	0,4%	8,1%	6,9%
Rural 2023	2.716.368	1,5%	24,7%	8,2%
Rural 2019	2.765.780	1,6%	26,9%	10,1%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.
Os dados do CadÚnico foram trabalhados pela Sedese/MG.

Tabela 10: Percentual de pessoas que vivenciam em suas famílias as privações dos indicadores da dimensão de Trabalho do IPM, em todo o estado de Minas Gerais e segundo a distribuição por áreas urbanas e rurais

População de Minas Gerais		Percentual de pessoas em famílias que possuem privação em...		
		Trabalho formal	Jovem nem-nem	Trabalho infantil[8]
Total 2023	21.661.907	27,1%	5,2%	0%
Total 2019	21.204.358	26,4%	7,1%	0%
Urbana 2023	18.945.539	24,7%	4,7%	0%
Urbana 2019	18.438.578	23,9%	6,5%	0%
Rural 2023	2.716.368	43,2%	8,3%	0%
Rural 2019	2.765.780	42,7%	11,6%	0%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.
Os dados do CadÚnico foram trabalhados pela Sedese/MG.

Em relação ao meio rural, quase todos os indicadores apresentam alto percentual de pessoas em núcleos familiares com privações. Já em relação ao meio urbano, algumas dimensões em específico chamam mais a atenção: a de Educação e de Trabalho. Contudo, mesmo nos indicadores de tais dimensões, o percentual de pessoas que convivem com tais privações é superior em localidades rurais.

[8] Valores inferiores a 0,1%.

A tabela a seguir mostra o percentual de pessoas segundo gênero, cor/raça e faixa etária que se encontra em famílias consideradas pobres segundo o parâmetro de renda do CadÚnico, o IPM e em ambos os aspectos (sendo assim, nesse caso, intituladas pobres crônicas). Ressalta-se que, de acordo com o IPM, são consideradas pobres as pessoas em famílias com múltiplas privações no seu interior, por isso, multidimensionalmente pobres.

Tabela 11: Percentual de pessoas consideradas pobres monetárias, multidimensionais e crônicas, segundo distribuição de gênero, cor/raça e faixa etária

Público	População em Minas Gerais	Pobres monetá-rios	% de pobres monetários	Pobres multidimen-sionais	% de pobres multidimen-sionais	Pobres crônicos	% de pobres crônicos
Homens	10.744.581	1.574.187	14,7%	749.063	7,0%	441.506	4,1%
Mulheres	10.917.326	2.150.600	19,7%	794.075	7,3%	489.349	4,5%
Brancos/ Amarelos	8.717.324	1.089.377	12,5%	381.813	4,4%	217.354	2,5%
Pretos	2.615.973	360.818	13,8%	156.612	6%	90.599	3,5%
Pardos	10.291.882	2.263.801	22%	995.146	9,7%	616.318	6%
Indígenas	33.700	10.348	30,7%	9.381	27,8%	6.501	19,3%
Não declarado	3.029	443	14,6%	186	6,1%	83	2,7%
0 a 3 anos	1.127.779	473.854	42%	106.599	9,5%	84.809	7,5%
4 e 5 anos	624.193	195.461	31,3%	52.521	8,4%	40.036	6,4%
6 a 11 anos	1.619.578	534.381	33,0%	192.272	11,9%	139.317	8,6%
12 e 13 anos	555.848	158.182	28,5%	75.541	13,6%	51.321	9,2%
14 a 18 anos	1.391.135	352.279	25,3%	204.711	14,7%	125.892	9,0%
19 a 24 anos	1.856.143	326.975	17,6%	135.187	7,3%	73.258	3,9%
25 a 39 anos	5.085.577	799.477	15,7%	269.125	5,3%	177.629	3,5%
40 a 64 anos	6.869.647	866.310	12,6%	462.073	6,7%	237.305	3,5%
65 ou mais	2.532.007	17.868	0,7%	45.109	1,8%	1.288	0,1%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; CadÚnico, dezembro de 2019 e 2023.
Os dados do CadÚnico foram trabalhados pela Sedese/MG.

Pelos dados da tabela acima, verifica-se que a desigualdade entre homens e mulheres é ainda mais proeminente do ponto de vista monetário, ainda que as mulheres apresentem também percentuais mais altos de pessoas em pobreza multidimensional e

crônica. No que diz respeito às diferenças por cor/raça, nota-se que as pessoas autodeclaradas indígenas são as que possuem maiores percentuais em todos os aspectos de pobreza, chamando a atenção sobretudo em relação à pobreza crônica. Em segundo lugar, os percentuais mais altos de pobreza, em todas as tipificações, recaem sobre a população parda.

Em relação à pobreza por faixa etária, é importante destacar que, dentre as crianças, os percentuais de pessoas em situação de pobreza monetária são mais elevados do que nas outras faixas. No que se refere à primeira infância especificamente, 42% das crianças de 0 a 3 anos e 31,3% das de 4 e 5 anos, vivem em lares abaixo da linha da pobreza monetária. Com relação à pobreza multidimensional, ela atinge uma proporção mais elevada de crianças e adolescentes de 6 a 18 anos. Os dados mostram a necessidade de uma atenção especial voltada às famílias pobres com crianças no combate à pobreza.

Dentre as pessoas idosas, é possível perceber que a renda monetária é uma privação para uma parcela bem pequena da população, correspondente a 0,7%. A pobreza multidimensional, por sua vez, atinge 1,8% dos idosos de Minas Gerais. A explicação para os percentuais nesse patamar mais reduzido incide sobre o direito à aposentaria e ao BPC, que oferecem acesso a renda aos idosos.

Na Tabela 11 são apresentados dados de pessoas indígenas segundo a autodeclaração na pergunta de cor ou raça, tanto no CadÚnico quanto na PNADc. O CadÚnico tem ainda outra variável de indicação de famílias indígenas, que é condição para o cadastramento diferenciado segundo a Portaria nº 177/2011 do Ministério de Desenvolvimento Social. Utilizando essa variável como critério para contabilizar as pessoas indígenas, pode-se dizer que, em dezembro de 2023, havia 12.436 pessoas indígenas presentes no CadÚnico[9], sendo 8.175 pobres monetárias, 8.789 pobres multidimensionais e 6.143 pobres crônicas.

Famílias quilombolas também possuem direito ao cadastro diferenciado, segundo a mesma Portaria. Dentre as pessoas de famílias quilombolas cadastradas, que são ao todo 63.309 pessoas[10], 36.042 são pobres monetárias, 38.672 pobres multidimensionais e 23.750 pobres crônicas. Ou seja, entre os grupos indígenas e quilombolas – utilizando as disposições presentes na Portaria nº 177/2011 para indicá-las –, o número de pessoas pobres multidimensionais é superior ao número de pessoas pobres monetárias, diferente do que ocorre para a maioria do estado. A predominância da pobreza multidimensional em relação à pobreza monetária foi verificada somente nesses dois grupos e entre as pessoas idosas.

No que diz respeito à distribuição espacial das privações observadas através do IPM, os mapas abaixo apontam o percentual de famílias com alguma privação em cada dimensão, segundo as regionais da Sedese.

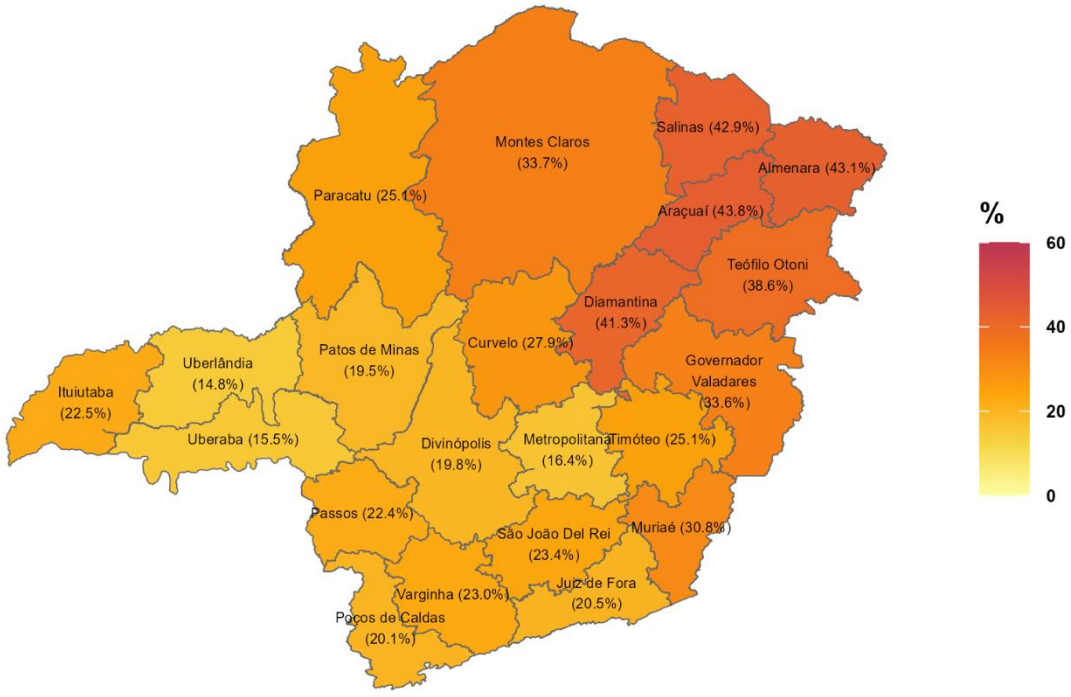
[9] Desconsiderando-se as que se encontravam com dados cadastrais pendentes ou não atualizados nos últimos 48 meses, que residiam em domicílios coletivos ou se encontravam em situação de rua. Tais filtros foram aplicados para a análise da incidência da pobreza monetária e multidimensional no mesmo grupo de pessoas.

[10] Foram aplicados os mesmos filtros da nota anterior.

Figura 1: Conjunto de mapas do percentual de pessoas em cada regional Sedese com privações na família em cada dimensão do IPM

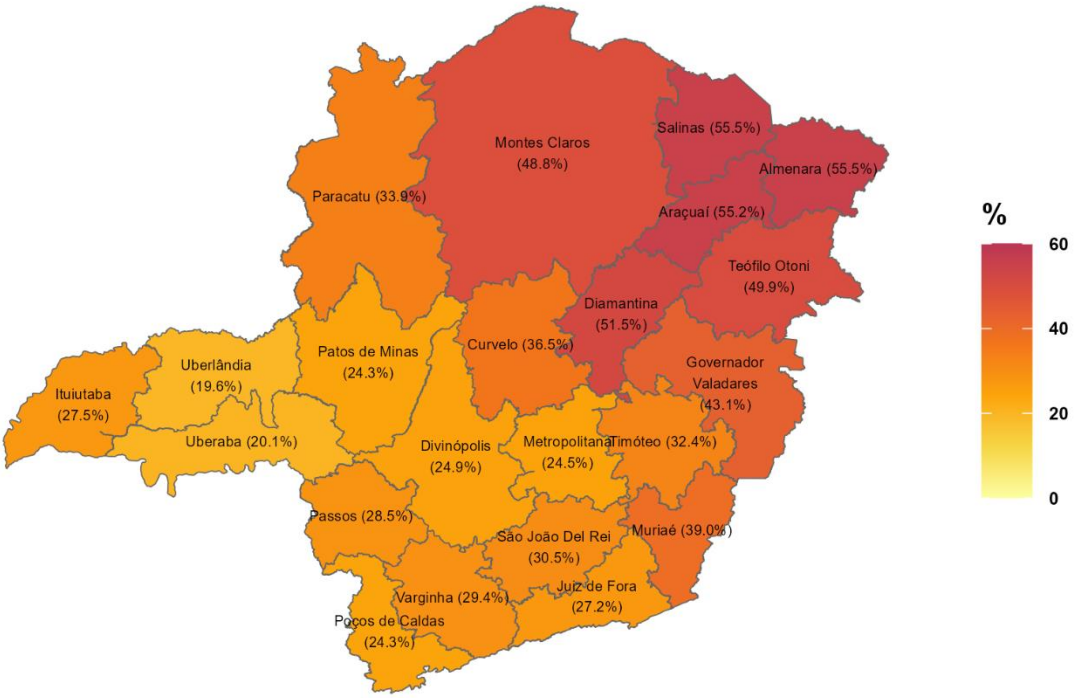
Saneamento Básico

Educação



Padrão de Vida

Trabalho



Fonte: Censo Demográfico, 2022; CadÚnico, dezembro 2023.
Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Levando agora em consideração o conjunto de todas as dimensões, a tabela abaixo apresenta os resultados do IPM para as regionais da Sedese e a comparação do tamanho relativo nas regionais da pobreza monetária, multidimensional e crônica.

Tabela 12: Percentual de pessoas consideradas pobres monetárias, multidimensionais e crônicas em cada regional da Sedese

Regional Sedese	População regional[11]	Pobres monetários	% de pobres monetários	Pobres multidimen-sionais	% de pobres multidimen-sionais	Pobres crônicos	% de pobres crônicos
Almenara	201.381	81.261	40,4%	42.182	20,9%	29.976	14,9%
Araçuaí	211.240	66.939	31,7%	57.280	27,1%	31.998	15,1%
Curvelo	283.930	63.708	22,4%	29.886	10,5%	16.886	5,9%
Diamantina	272.729	78.893	28,9%	58.163	21,3%	32.838	12,0%
Divinópolis	1.241.829	149.446	12,0%	44.218	3,6%	22.351	1,8%
Governador Valadares	851.938	227.145	26,7%	106.137	12,5%	67.364	7,9%
Ituiutaba	253.917	37.527	14,8%	9.097	3,6%	4.460	1,8%
Juiz de Fora	1.047.787	161.740	15,4%	46.177	4,4%	25.997	2,5%
Metropolitana	5.778.084	887.175	15,4%	230.730	4,0%	143.399	2,5%
Montes Claros	1.421.162	453.681	31,9%	285.252	20,1%	183.250	12,9%
Muriaé	978.393	219.198	22,4%	100.280	10,2%	62.312	6,4%
Paracatu	347.745	68.458	19,7%	40.288	11,6%	21.120	6,1%
Passos	492.069	70.347	14,3%	24.091	4,9%	12.673	2,6%
Patos de Minas	510.298	70.475	13,8%	20.373	4,0%	11.151	2,2%
Poços de Caldas	1.128.216	125.922	11,2%	51.332	4,5%	24.871	2,2%
Salinas	222.434	82.660	37,2%	53.555	24,1%	33.934	15,3%
São João Del Rei	806.076	127.371	15,8%	53.674	6,7%	29.536	3,7%
Teófilo Otoni	471.078	165.719	35,2%	101.201	21,5%	70.662	15,0%
Timóteo	1.199.005	216.358	18,0%	87.087	7,3%	50.103	4,2%
Uberaba	682.371	90.225	13,2%	17.316	2,5%	10.581	1,6%
Uberlândia	1.011.565	109.424	10,8%	26.275	2,6%	14.615	1,4%

[11] A população das regionais foi obtida pelo somatório das populações dos seus respectivos municípios. A última divulgação de dados sobre a população dos municípios se refere ao Censo Demográfico de 2022.

Varginha	1.126.742	170.552	15,1%	58.469	5,2%	30.734	2,7%

Fonte: Censo Demográfico, 2022; CadÚnico, dezembro 2023.
Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Tanto pelos mapas quanto pelos dados da Tabela 12, é possível notar que as regionais de Araçuaí, Salinas, Teófilo Otoni, Almenara e Montes Claros têm valores percentuais que se distanciam dos patamares das demais, em todas as dimensões do IPM e em todos os tipos de pobreza considerados.

Em relação à pobreza monetária, essas regionais ultrapassam 30% de pessoas abaixo da linha da pobreza, lembrando que o valor global do estado de Minas Gerais corresponde a 18%. A regional de Diamantina quase se aproxima também de 30% da população na condição de pobreza, no que concerne à pobreza monetária. Em relação à pobreza multidimensional, as seis regionais mencionadas apresentam percentuais acima de 20% e, em relação à pobreza crônica, acima de 10%.

Os dados que foram apresentados nessa seção evidenciam que é necessário que Estado invista em estratégias robustas de promoção da empregabilidade em todo o território estadual. Nas regionais de Araçuaí, Salinas, Teófilo Otoni, Almenara, Diamantina e Montes Claros se faz necessário ainda investimentos massivos em questões relacionadas às demais dimensões do IPM.

Foi mostrado também, até o momento no presente diagnóstico, que a pobreza multidimensional incide principalmente sobre população rural, devido à dificuldade de acesso a serviços públicos domiciliares. Pessoas indígenas, quilombolas e idosas são mais acometidas pelas privações multidimensionais que monetárias. Já mulheres e crianças sofrem de maiores privações sobretudo em relação à renda familiar. Sob a ótica racial, os percentuais mais elevados de privações em todos os aspectos considerados recaem sobre indígenas e pessoas pardas.

Empregabilidade

Nessa seção, serão apresentados dados sobre a situação de empregabilidade do estado de Minas Gerais. Aqui, não foram incorporados dados do CadÚnico porque em relação ao tema da empregabilidade em específico, o cadastro não tem informações com a profundidade que se busca abordá-lo, sobretudo em relação às pessoas desocupadas (que declaram não trabalhar). Em relação a essas pessoas em específico, os dados da PNADc permitem classificá-las em pessoas inativas, desempregadas e desalentadas, oferecendo uma compreensão mais apropriada sobre a dinâmica mercado de trabalho.

Vamos então à definição das três categorias utilizadas para dividir as pessoas não ocupadas:

- Pessoas inativas: Pessoas que estão fora da força de trabalho potencial, pois não têm interesse ou condições de trabalhar. É o caso de donas de casa que não trabalham fora, estudantes, aposentados etc.
- Pessoas desempregadas: Pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho.
- Pessoas desalentadas: Pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam.

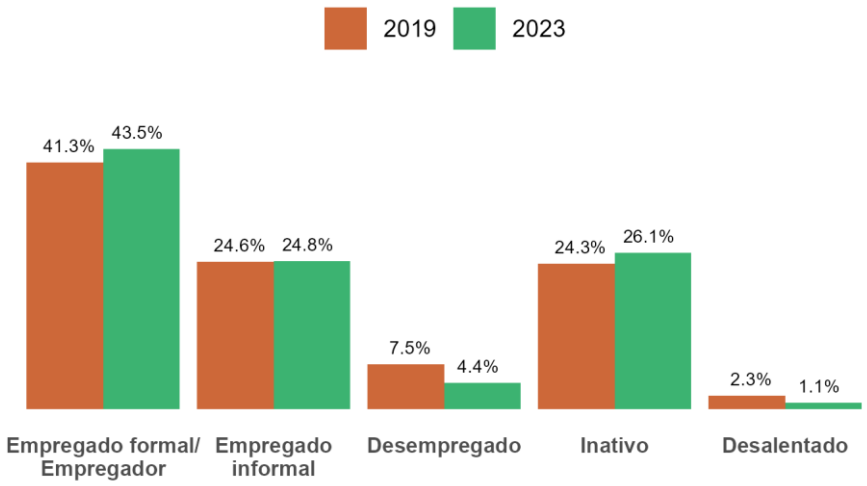
Já em relação à população que se encontra ocupada, foi realizada uma divisão em duas categorias:

- Empregado formal/Empregador: Pessoas empregadas sem carteira assinada, empregadores e trabalhadores por conta-própria caso realizem a contribuição ao INSS.
- Empregado informal: Pessoas empregadas sem carteira assinada e trabalhadores por conta-própria que não realizam a contribuição ao INSS.

O gráfico abaixo mostra a distribuição das pessoas de Minas Gerais com idade para trabalhar – aqui consideradas as pessoas de 14 a 64 anos –, em 2019 e 2023, segundo essas cinco categorias de posição em relação ao mercado de trabalho.

Ao todo, em 2019, Minas Gerais tinha 13.802.061 pessoas de 14 a 64 anos e, em 2023, 15.202.502 pessoas. No período de 2019 para 2023, houve uma queda em pontos percentuais do desemprego e do desalento na procura de emprego, acompanhado aumento dos percentuais de empregados formais/empregadores e inativos.

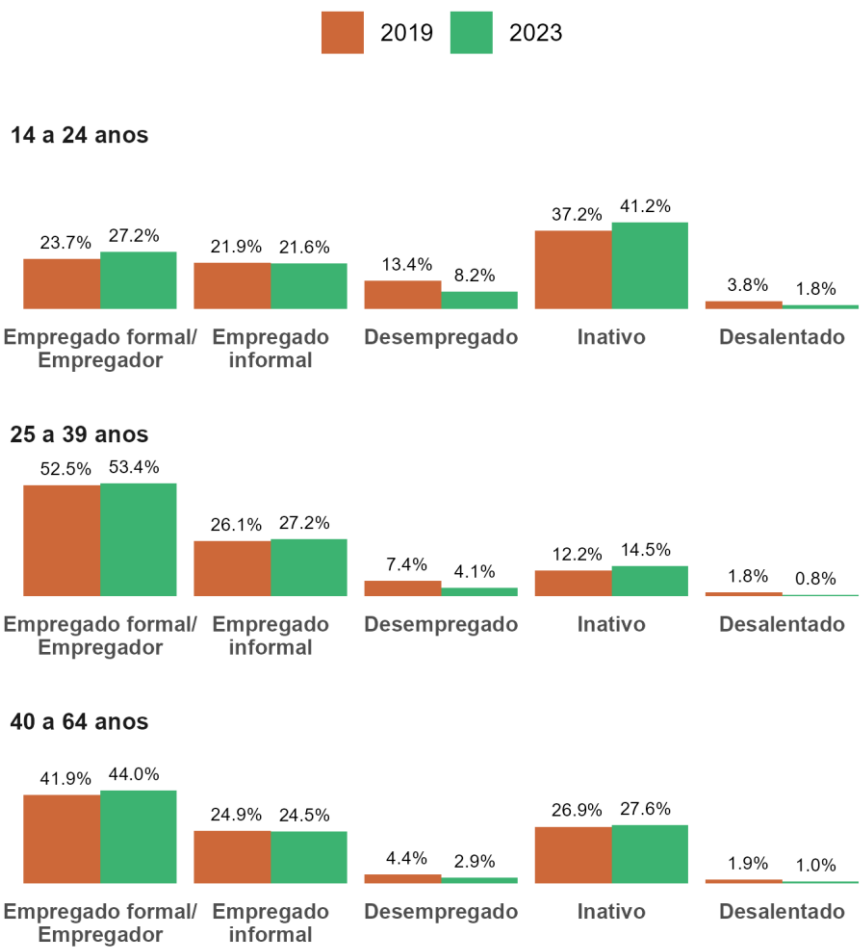
Gráfico 1: Percentuais de empregados formais/empregadores, empregados informais, desempregados, inativos e desalentados em Minas Gerais, em 2019 e 2023



Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023. Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Os Gráficos 2, 3, 4, 5 e 6 mostram o percentual de empregados formais/empregadores, empregados informais, desempregados, inativos e desalentados, porém com outros recortes sobrepostos, permitindo uma análise interseccional da questão da empregabilidade.

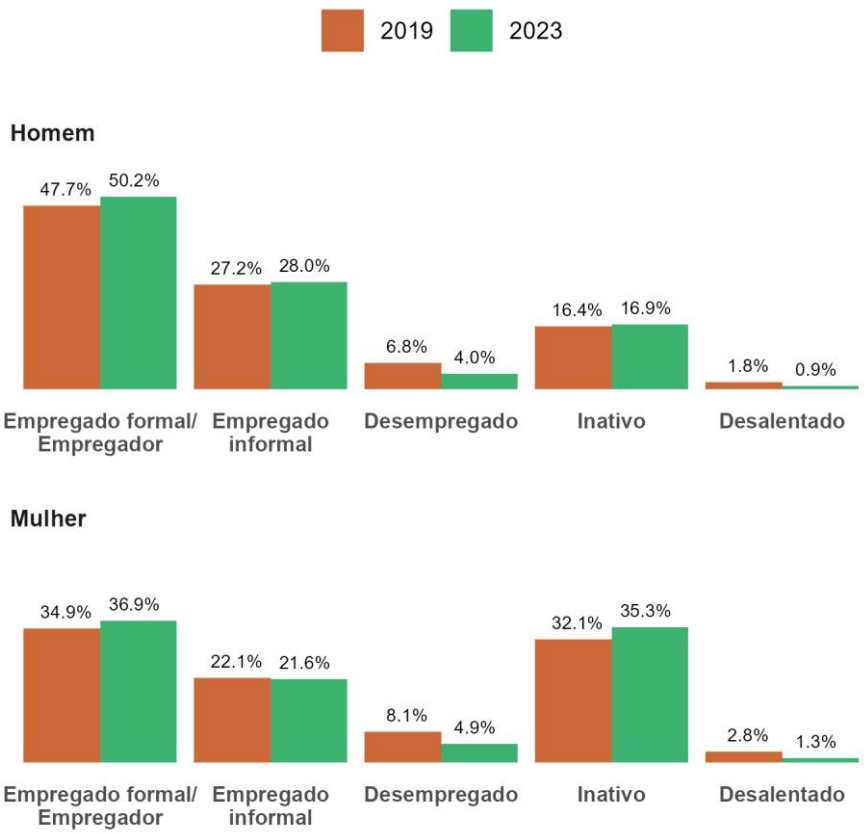
Gráfico 2: Percentuais de empregados formais/empregadores, empregados informais, desempregados, inativos e desalentados em Minas Gerais, em 2019 e 2023, segundo distribuição por faixa etária.



Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023. Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Em relação ao Gráfico 2, percebe-se que o desemprego continua maior em 2023 na faixa etária mais jovem, assim como o desalento na procura de emprego, ainda que tenha ocorrido uma queda de 2019 para 2023. Por outro lado, é possível notar um aumento do percentual de inativos entre os mais jovens nesse período, que pode estar associado a um aumento das oportunidades educacionais e das capacidades de dedicação a elas.

Gráfico 3: Percentuais de empregados formais/empregadores, empregados informais, desempregados, inativos e desalentados em Minas Gerais, em 2019 e 2023, segundo distribuição por gênero.

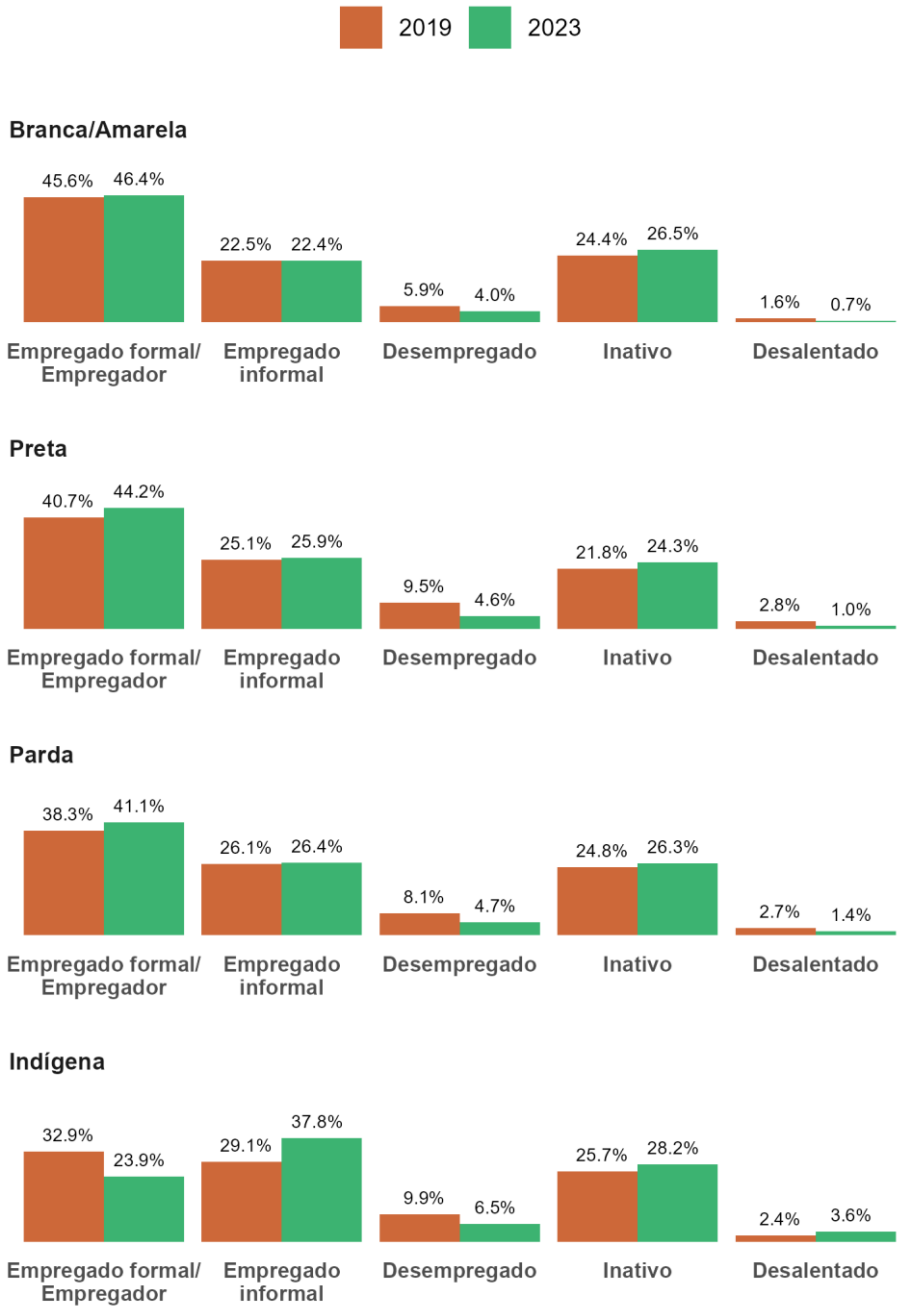


Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023. Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Sob a ótica de gênero, é possível perceber que as mulheres possuem percentuais mais elevados de pessoas inativas, desempregadas e desalentadas que os homens, que predominantemente se encontram na categoria de empregados formais/empregadores. Apesar da queda de 2019 para 2023 dos percentuais de desempregados e desalentados, os percentuais mostram que as mulheres ainda apresentam maiores dificuldades de alocação no mercado de trabalho.

Gráfico 4: Percentuais de empregados formais/empregadores, empregados informais, desempregados, inativos e desalentados em Minas Gerais, em 2019 e 2023, segundo distribuição por cor/raça[12].

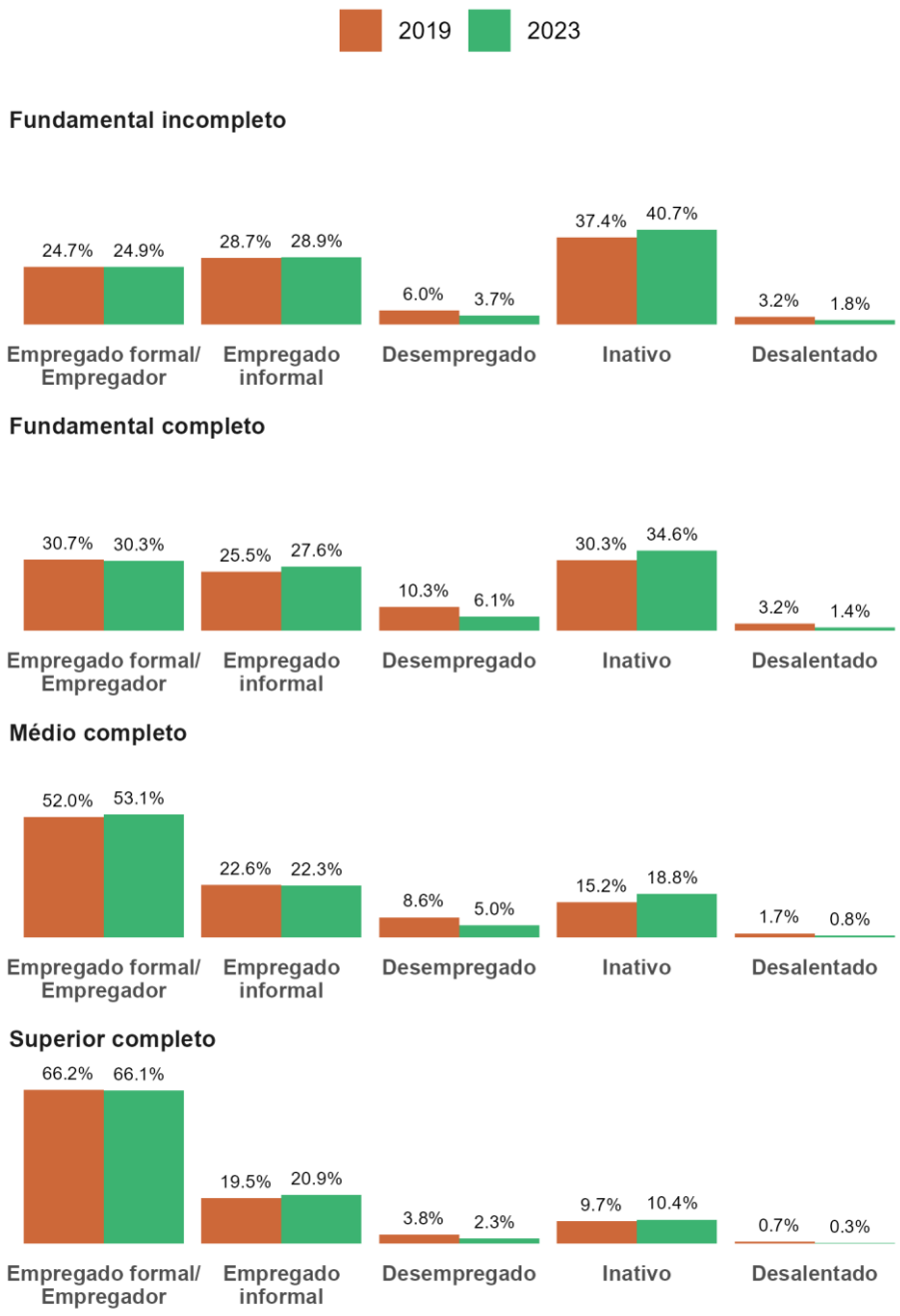
[12] Foram desconsideradas as pessoas que não declararam sua cor/raça.



Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023. Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

No que diz respeito ao recorte racial, pessoas brancas/amarelas possuem os menores percentuais de pessoas desempregadas e desalentadas na procura de emprego e, por outro lado, maior percentual de empregados formais/empregadores. Pessoas autodeclaradas indígenas, ao contrário dos demais grupos, tiveram aumento do percentual de empregados informais e redução do percentual de empregados formais/empregadores.

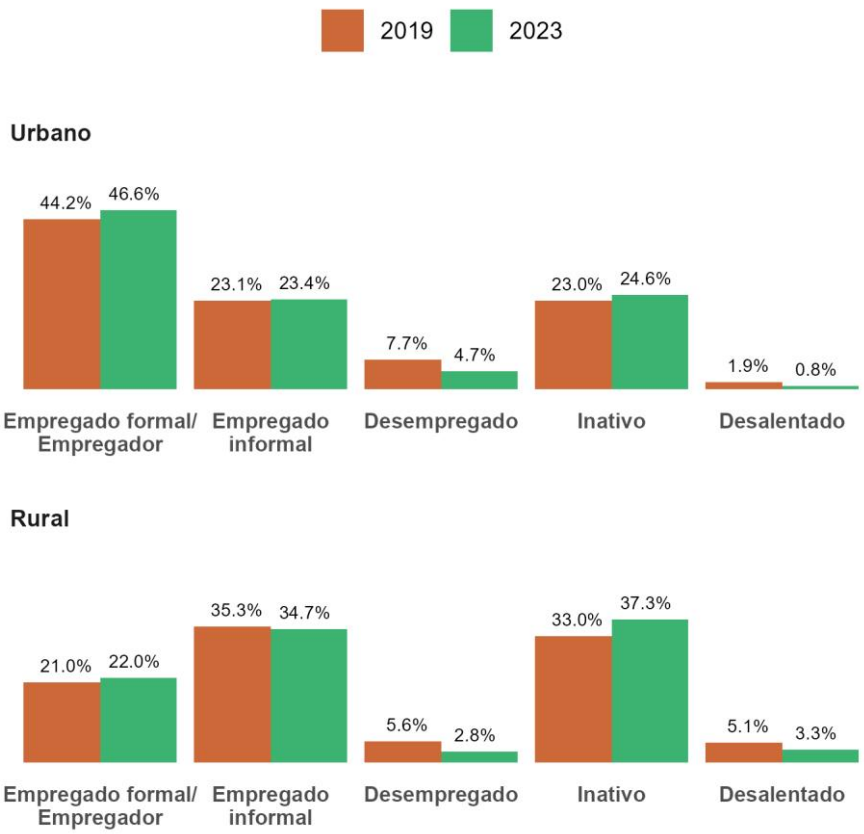
Gráfico 5: Percentuais de empregados formais/empregadores, empregados informais, desempregados, inativos e desalentados em Minas Gerais, em 2019 e 2023, segundo distribuição por níveis de escolaridade.



Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023. Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Em relação à escolaridade, é evidente que os percentuais de pessoas em ocupações formais são mais expressivos entre pessoas de escolaridade mais elevada. Pessoas com ensino superior completo possuem percentuais mais reduzidos em todas as categorias relativas à desocupação e na categoria de emprego informal.

Gráfico 6: Percentuais de empregados formais/empregadores, empregados informais, desempregados, inativos e desalentados em Minas Gerais, em 2019 e 2023, segundo distribuição por localidade urbana e rural.



Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023. Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Por fim, em relação ao local de residência, verifica-se que dentre pessoas em áreas urbanas, os percentuais de empregados formais/empregadores, bem como de desempregados, são mais acentuados. Todavia, é interessante reparar que, apesar do percentual de desempregados na área rural ser mais reduzido, as pessoas que residem em área rural são mais desalentadas na procura de emprego do que as pessoas residentes de áreas urbanas, em termos percentuais. Ou seja, na área rural, há um percentual maior de pessoas que não possuem emprego e que se encontram disponíveis para trabalhar, porém desistiram de procurar. Pelos dados do gráfico acima é possível notar também que as oportunidades de trabalho em área rural são predominantemente informais.

Após a análise da maneira como a população de Minas Gerais, em idade para trabalhar, se distribui em diferentes posições perante o mercado de trabalho, é interessante encerrar o presente diagnóstico sobre empregabilidade com um retrato das principais atividades desenvolvidas nas regionais da Sedese, que se destacam em termos de contratação de trabalhadores formais, com dados da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego. A tabela abaixo apresenta as três atividades de cada

regional com mais empregos formais e aquelas que, no período de 2019 a 2022, o número de empregados formais mais cresceu.

Tabela 13: Principais atividades econômicas das regionais Sedese, segundo o número absoluto de empregados formais em 2022 e crescimento do número de empregados formais de 2019 a 2022

Regional Sedese	Posição	Atividades que mais empregam (2022)	Atividades que mais cresceram (2019-2022)
Almenara	1	Administração pública	Ensino fundamental
Almenara	2	Criação de bovinos para corte	Criação de bovinos para corte
Almenara	3	Ensino fundamental	Comércio varejista, principalmente de alimentos
Araçuaí	1	Administração pública	Ensino fundamental
Araçuaí	2	Ensino fundamental	Vigilância e segurança privada
Araçuaí	3	Vigilância e segurança privada	Obras de montagem industrial
Curvelo	1	Administração pública	Ensino fundamental
Curvelo	2	Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades de urgências	Construção de obras de arte especiais
Curvelo	3	Apoio à produção florestal	Apoio à produção florestal
Diamantina	1	Ensino fundamental	Ensino fundamental
Diamantina	2	Administração pública	Cultivo de eucalipto
Diamantina	3	Extração de minério de ferro	Obras de alvenaria
Divinópolis	1	Administração pública	Ensino fundamental
Divinópolis	2	Transporte rodoviário de carga	Serviços de escritório e apoio administrativo
Divinópolis	3	Comércio varejista, principalmente de alimentos	Fundição de ferro e aço
Gov. Valadares	1	Administração pública	Ensino fundamental
Gov. Valadares	2	Comércio varejista de mercadorias em geral, principalmente alimentos	Atenção à saúde humana
Gov. Valadares	3	Ensino fundamental	Serviços de escritório e apoio administrativo
Ituiutaba	1	Administração pública	Fabricação de álcool
Ituiutaba	2	Fabricação de açúcar em bruto	Ensino fundamental
Ituiutaba	3	Criação de bovinos para corte	Cultivo de cana-de-açúcar
Juiz de Fora	1	Administração pública	Ensino fundamental
Juiz de Fora	2	Fabricação de móveis	Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades de urgências
Juiz de Fora	3	Comércio varejista, principalmente de alimentos	Construção de edifícios
Metropolitana	1	Administração pública	Ensino fundamental

Metropolitana	2	Ensino fundamental	Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades de urgências
Metropolitana	3	Construção de edifícios	Serviços de escritório e apoio administrativo
Montes Claros	1	Administração pública	Ensino fundamental
Montes Claros	2	Teleatendimento	Metalurgia de metais não ferrosos
Montes Claros	3	Ensino fundamental	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
Muriaé	1	Administração pública	Ensino fundamental
Muriaé	2	Comércio varejista, principalmente de alimentos	Educação infantil - pré-escola
Muriaé	3	Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades de urgências	Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades de urgências
Paracatu	1	Administração pública	Produção de sementes certificadas
Paracatu	2	Fabricação de álcool	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
Paracatu	3	Produção de sementes certificadas	Cultivo de soja
Passos	1	Administração pública	Ensino fundamental
Passos	2	Cultivo de café	Cultivo de café
Passos	3	Ensino fundamental	Fabricação de materiais para medicina e odontologia
Patos de Minas	1	Administração pública	Ensino fundamental
Patos de Minas	2	Cultivo de café	Horticultura
Patos de Minas	3	Ensino fundamental	Construção de edifícios
Poços de Caldas	1	Administração pública	Ensino fundamental
Poços de Caldas	2	Comércio varejista, principalmente de alimentos	Locação de mão de obra temporária
Poços de Caldas	3	Ensino fundamental	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados
Salinas	1	Administração pública	Ensino fundamental
Salinas	2	Ensino fundamental	Atividades de limpeza
Salinas	3	Apoio à produção florestal	Apoio à produção florestal
São João Del Rei	1	Administração pública	Ensino fundamental
São João Del Rei	2	Extração de minério de ferro	Construção de edifícios
São João Del Rei	3	Comércio varejista, principalmente de alimentos	Fabricação de calçados de couro
Teófilo Otoni	1	Administração pública	Ensino fundamental
Teófilo Otoni	2	Ensino fundamental	Construção de edifícios
Teófilo Otoni	3	Criação de bovinos para corte	Atividades de atenção à saúde humana
Timóteo	1	Administração pública	Ensino fundamental
Timóteo	2	Ensino fundamental	Obras de engenharia civil
Timóteo	3	Comércio varejista, principalmente de alimentos	Obras de montagem industrial
Uberaba	1	Administração pública	Administração pública

Uberaba	2	Fabricação de açúcar	Fabricação de açúcar
Uberaba	3	Comércio varejista, principalmente de alimentos	Limpeza em prédios e em domicílios
Uberlândia	1	Administração pública	Administração pública
Uberlândia	2	Teleatendimento	Consultoria em T.I.
Uberlândia	3	Transporte rodoviário de carga	Transporte rodoviário de carga
Varginha	1	Administração pública	Ensino fundamental
Varginha	2	Cultivo de café	Cultivo de café
Varginha	3	Comércio varejista, principalmente alimentos	Atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades de urgências

Fonte: RAIS, 2019 a 2022.

Primeira infância

A pobreza é um fenômeno crítico em todas as fases da vida, mas é especialmente impactante na primeira infância. Estudos científicos mostram que a pobreza afeta a capacidade cognitiva, o desempenho educacional e dimensões funcionais e estruturais do desenvolvimento do cérebro. Como mostra o estudo de Troller-Renfree et al.,

> transferências previsíveis e mensais incondicionais de renda para famílias de baixa renda podem ter um impacto causal na atividade cerebral infantil. No contexto de maiores recursos econômicos, as experiências das crianças mudaram e sua atividade cerebral se adaptou a essas experiências. Os padrões de atividade cerebral resultantes (dos incentivos promovidos pela pesquisa) demonstraram estar associados ao desenvolvimento de habilidades cognitivas subsequentes (TROLLER-RENFREE et al, 2022, p.1).

Pensando nisso, esta seção do diagnóstico aborda a incidência da pobreza na primeira infância, ou seja, entre crianças que possuem idade de 0 a 5 anos. Para isso, são utilizados dados do INEP, DataSUS, CadÚnico e Munic, a começar com os dados do Censo Escolar – coordenado pelo INEP – sobre a frequência escolar das crianças na educação infantil, composta pelas etapas de creche (para crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (para crianças de 4 e 5 anos).

Tabela 14: Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche e percentual de crianças de 4 e 5 matriculadas na pré-escola

	Total de crianças de 0 a 3 anos em Minas Gerais	Crianças matriculadas em creche	%	Total de crianças de 4 e 5 anos em Minas Gerais	Crianças matriculadas em pré-escola	%
2023	1.127.779	368.958	32,7%	624.193	498.721	79,9%
2019	1.089.510	330.436	30,3%	539.455	472.408	87,6%

Fonte: PNADc, 4º trimestre de 2019 e 2023; Sinopse do Censo Escolar de 2019 e 2023.

Pelos dados da tabela acima, verifica-se que o percentual de crianças de 0 a 3 anos em creches teve um aumento de 2019 para 2023, mas o percentual de crianças de 4 e 5 anos em pré-escola diminuiu. Vale destacar que todos os municípios do estado possuem escolas públicas que ofertam o ensino denominado como pré-escola, porém nem todos os municípios de Minas Gerais possuem creches e, em alguns casos, há somente creches de administração privada. A tabela abaixo mostra a quantidade de municípios em cada regional Sedese em que foi diagnosticada a falta de creches de maneira geral ou de creches mantidas pelo poder público.

Tabela 15: Quantidade de municípios por regional Sedese que não possuem creches, possuem somente creches privadas e que possuem creches públicas

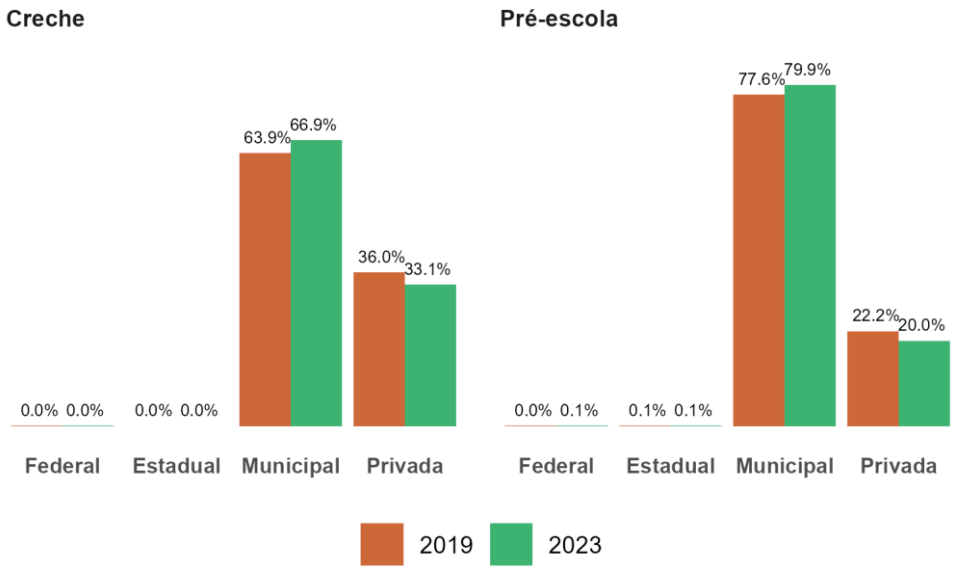
Regional Sedese	Total de municípios	Municípios sem creche, nem pública nem privada	Municípios com creches somente privadas	Municípios com creches públicas
Almenara	17	1	0	16
Araçuaí	16	0	0	16
Curvelo	21	3	2	16
Diamantina	24	0	1	23
Divinópolis	60	0	0	60
Governador Valadares	70	4	3	63
Ituiutaba	14	0	0	14
Juiz de Fora	58	11	0	47
Metropolitana	54	2	3	49
Montes Claros	69	1	0	68
Muriaé	64	3	0	61
Paracatu	15	0	0	15
Passos	30	2	2	26
Patos de Minas	22	0	0	22
Poços de Caldas	54	2	0	52
Salinas	19	2	0	17
São João Del Rei	58	11	1	46
Teófilo Otoni	30	3	1	26
Timóteo	63	5	2	56
Uberaba	19	0	0	19
Uberlândia	16	1	0	15
Varginha	60	3	2	55
Total	**853**	**54**	**17**	**782**

Fonte: Sinopse do Censo Escolar de 2023.

O gráfico a seguir compara a distribuição dos alunos, em 2019 e 2023, em instituições de educação infantil de administração federal, estadual, municipal e privada. Nota-se que, nesse período, aumentou o percentual de crianças nas instituições municipais e diminuiu o

percentual nas instituições privadas, apesar de não haver creches públicas na totalidade dos municípios do estado.

Gráfico 7: Percentuais de alunos, em 2019 e 2023, em instituições de educação infantil de administração federal, estadual, municipal e privada



Fonte: Sinopse do Censo Escolar de 2023.

Passando agora para a análise de informações de saúde, a taxa de mortalidade infantil no estado de Minas Gerais teve, em 2022, uma queda em relação a 2019. Passou de 11,452‰ para 11,363‰. A tabela abaixo mostra as taxas de mortalidade infantil das regionais Sedese nos anos de 2019 e 2022 e suas respectivas variações no período.

Tabela 16: Taxas de mortalidade infantil nas regionais Sedese em 2019 e 2022

Regional	Taxa de Mortalidade Infantil em 2019 (‰)	Taxa de Mortalidade Infantil em 2022 (‰)	Variação
Almenara	11,6	12,5	0,9
Araçuaí	15,038	9,813	-5,225
Curvelo	11,246	13,045	1,799
Diamantina	13,131	8,976	-4,155
Divinópolis	10,057	10,655	0,598
Governador Valadares	13,336	14,937	1,601
Ituiutaba	9,142	13,112	3,97
Juiz de Fora	12,061	14,747	2,686
Metropolitana	10,846	10,845	-0,001
Montes Claros	11,979	10,554	-1,425
Muriaé	11,462	11,128	-0,334

Paracatu	15,328	9,658	-5,67
Passos	12,447	15,047	2,6
Patos de Minas	13,13	8,222	-4,908
Poços de Caldas	8,949	10,398	1,449
Salinas	13,45	11,602	-1,848
São João Del Rei	11,156	12,038	0,882
Teófilo Otoni	15,316	16,441	1,125
Timóteo	11,427	10,899	-0,528
Uberaba	13,116	11,383	-1,733
Uberlândia	10,62	9,277	-1,343
Varginha	10,306	11,313	1,007

Fonte: Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos, de 2019 e 2022;
Sistema de Informação sobre Mortalidade, de 2019 e 2022.
Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Pelos dados acima, as regionais que tiveram maiores reduções da taxa de mortalidade infantil nos anos considerados foram: Paracatu, Araçuaí, Patos de Minas e Diamantina. As que tiveram maiores elevações foram: Ituiutaba, Juiz de Fora e Passos. Agora, observando não a variação, mas as que apresentam maiores taxas em 2022, são as regionais de: Teófilo Otoni, Passos, Governador Valadares, Juiz de Fora, Ituiutaba e Curvelo.

Em 2022, as principais causas de mortalidade em Minas Gerais de crianças no primeiro de vida são: Algumas afecções originadas no período perinatal e Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas. Essas duas causas correspondem, respectivamente, a 59% e 23,9% dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade, que ao todo no estado foram 2.672.

Analisando agora dados de internações hospitalares de crianças de 0 a 9 anos, conforme os grupos etários distribuídos pelo próprio DataSUS, as causas de morbidade das crianças mais velhas apresentam diferenças em relação às crianças menores de 1 ano e de 1 a 4 anos. É interessante observar na tabela abaixo os valores das três faixas etárias para entender quais condições são mais específicas das faixas mais jovens.

Tabela 17: Principais causas de internações de crianças de 0 a 9 anos em Minas Gerais

	Posição	Principais causas	Total de internações	% de internações nessa faixa etária em decorrência dessa causa
Menos de 1 ano	1	Algumas afecções originadas no período perinatal	35.249	52,7%
	2	Doenças do aparelho respiratório	15.345	22,9%
	3	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5.845	8,7%
1 a 4 anos	1	Doenças do aparelho respiratório	17.694	44,9%
	2	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	4.254	10,8%
	3	Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	3.260	8,3%

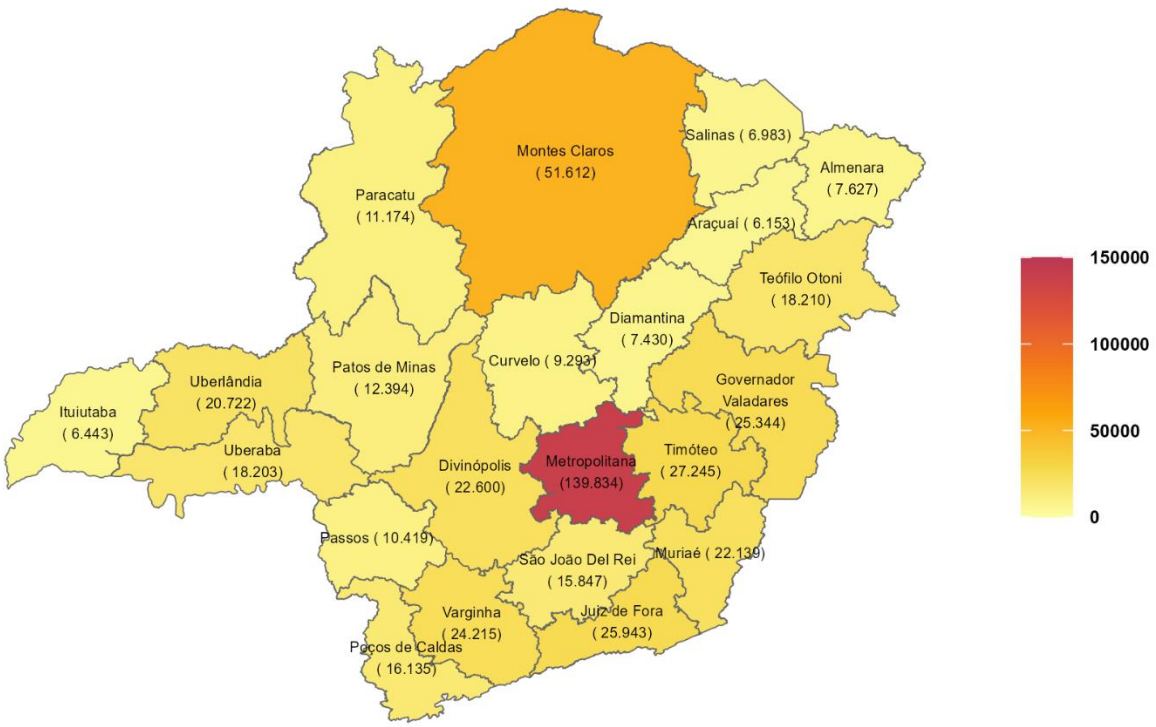
5 a 9 anos	1	Doenças do aparelho respiratório	11.272	33,2%
	2	Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	4.504	13,2%
	3	Doenças do aparelho digestivo	3.872	11,4%

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS, de 2023.

Pelos dados da tabela acima, verifica-se que as internações de crianças menores de 1 ano de idade são decorrentes principalmente de afecções originadas no período perinatal. De 0 a 4 anos, os dados sugerem que há uma maior vulnerabilidade em relação a doenças infecciosas e parasitárias. As doenças respiratórias são grandes causa de internação de crianças em todas as faixas e, a partir dos 4 anos, as internações por lesões, envenenamento e causas externas são também expressivas.

Outros dados interessantes de serem examinados sobre a primeira infância dizem respeito a crianças que vivem lares abaixo da linha da pobreza chefiados por mães solo. Ao todo, no estado de Minas Gerais, há 505.965 crianças de 0 a 5 anos em famílias com essas características, que somam 406.459 famílias. O mapa abaixo mostra a distribuição regional dessas crianças no estado.

Figura 2: Número de crianças em famílias chefiadas por mães solo e abaixo da linha da pobreza, nas regionais Sedese



Fonte: CadÚnico, dezembro de 2023.

No que diz respeito à estrutura de lazer e esportes dos municípios, a pesquisa Munic realizou um levantamento em 2021 sobre a presença de diversas instalações nos municípios brasileiros. A tabela abaixo mostra o resultado obtido para os municípios de Minas Gerais. Os dados apresentados na tabela indicam que a maior parte dos municípios do estado é incipiente de outros tipos de instalações, além de bibliotecas e estádios ou ginásios poliesportivos, que poderiam ampliar o acesso à cultura para as crianças mineiras, suas famílias e a população de maneira geral.

Tabela 18: Número absoluto e percentual de municípios de Minas Gerais com instalações culturais e esportivas, por tipo

Instalações culturais e esportivas	Número de municípios que possuem tais instalações	Percentual dos municípios de Minas Gerais
Biblioteca pública	788	92,4%
Museu	238	27,9%
Teatro ou sala de espetáculo	191	22,4%
Centro cultural	314	36,8%
Estádio ou ginásio poliesportivo	781	91,6%
Cinema	68	8,0%
Livrarias	89	10,4%
Galerias de arte	42	4,9%
Clube ou associação recreativa	389	45,6%
Circo fixo	6	0,7%
Concha acústica	40	4,7%

Fonte: Munic, 2021.

Por fim, no que diz respeito ao combate às vulnerabilidades sociais relacionadas à primeira infância, os dados mostram que é necessário o reforço à oferta de serviços públicos específicos, como creches e de acompanhamento de saúde perinatal. Também é necessário criar alternativas de geração de renda especificamente voltadas a mães solo com renda abaixo da linha da pobreza e promover a ampliação da rede de cultura, esporte e lazer nos municípios.

Oferta de serviços públicos

Nesta seção do diagnóstico, são apresentados dados sobre a oferta de serviços públicos no município com dados do INEP, Censo SUAS e Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde. Mas antes, através dos dados da Munic, é possível o nível de institucionalização das políticas dos municípios nos temas relacionados ao Desenvolvimento Social, através da estruturação de órgãos gestores, conselhos, planos e fundos municipais.

Os dados sobre a estruturação das políticas municipais foram extraídos da pesquisa Munic, que anualmente coleta informações junto às prefeituras sobre temas específicos, que mudam ano a ano[13]. Se tratando da caracterização do órgão gestor, principalmente, é preciso ter consideração que as informações podem conter defasagens relacionadas a mudanças de gestão municipal. No entanto, trata-se de informações relevantes sobre as tendências da configuração política dos municípios nos diversos temas analisados.

Tabela 19 – Caracterização dos órgãos gestores dos municípios em alguns temas de interesse ao Desenvolvimento Social

	Assistência Social (2018)	**Cultura (2021)**	**Desenvolv. rural (2020)**	**Direitos Humanos (2019)**	**Educação (2021)**	**Esportes (2021)**	**Habitação (2020)**	**Saúde (2021)**	**Segurança alimentar (2018)**
Não possui estrutura	2	6	134	**463**	0	9	**422**	0	**576**
Secretaria exclusiva	**705**	83	144	3	**608**	80	8	**818**	4
Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo	37	24	38	5	10	29	34	9	8
Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais	99	**669**	**429**	33	235	**653**	52	26	6
Setor subordinado a outra secretaria	10	61	108	349	0	79	333	0	257
Câmara Intersetorial	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Órgão da administração indireta	0	10	0	0	0	3	4	0	0

Fonte: Munic, 2018 a 2021.

Pelos dados da tabela 19, é possível perceber que as áreas de Saúde, Assistência Social e Educação possuem, majoritariamente, uma secretaria exclusiva no poder público dos municípios. Cultura, Esportes e Desenvolvimento Rural são temas que tendem a ser incorporados em secretarias que contemplam um conjunto de políticas setoriais. Segurança Alimentar, Direitos Humanos e Habitação não possuem uma estrutura gestora na maioria dos municípios e, quando possuem, na maioria dos casos se trata de um setor subordinado de outra secretaria.

[13] Como se trata de uma pesquisa dinâmica e com temas diversos, as informações coletadas sobre cada tema são diferentes e têm períodos de referência distinto. Por isso que, nas tabelas a seguir, é indicado o ano de coleta das informações junto ao nome do tema e as temáticas apresentadas em cada tabela apresentem variações.

Com relação à elaboração de planos municipais, a maior parte dos municípios de Minas Gerais o possuem somente nos temas de Saúde, Educação e Assistência Social. Nos demais temas, é necessário maior apoio e capacitação técnica para que novos planos municipais sejam desenvolvidos.

Tabela 20 – Existência de planos municipais em alguns temas de interesse ao Desenvolvimento Social

	Possui	Não possui	Em elaboração
Assistência Social (2018)	733	120	0
Cultura (2021)	82	607	164
Direitos Humanos (2019)	9	826	18
Educação (2021)	836	17	0
Habitação (2020)	232	621	0
Mulheres (2018)	11	842	0
Primeira infância (2018)	112	741	0
Saúde (2021)	847	6	0
Segurança alimentar (2018)	72	781	0

Fonte: Munic, 2018 a 2021.

Já em relação à existência de conselhos municipais, observa-se todos os municípios de Minas Gerais possuem conselho municipal de Assistência Social de acordo com os dados disponíveis e que quase todos tinham conselhos municipais de Saúde, da Criança e do Adolescente e de Educação. Nas temáticas de Esportes, Desenvolvimento Rural, Habitação, Pessoas Idosas e Cultura, mais de 500 municípios dos 853 do estado declararam ter um conselho municipal destinado ao tema. Em relação a todos os temas mencionados neste parágrafo, portanto, há indícios de que um histórico mais robusto de participação popular nas gestões municipais.

Tabela 21 – Existência de conselhos municipais em alguns temas de interesse ao Desenvolvimento Social

	Possui	Não possui
Assistência Social (2018)	853	0
Crianças e Adolescentes (2019)	846	7
Cultura (2021)	503	350
Desenvolvimento rural (2020)	556	297
Direitos Humanos (2019)	11	842
Educação (2021)	819	34
Esportes (2021)	709	144
Habitação (2020)	527	326
Igualdade racial (2019)	69	784
Mulheres (2018)	160	693

Pessoas LGBT (2019)	5	848
Pessoas com deficiência (2019)	110	743
Pessoas idosas (2019)	522	331
Povos tradicionais (2019)	3	850
Saúde (2021)	850	3
Segurança alimentar (2018)	211	642

Fonte: Munic, 2018 a 2021.

No que concerne à existência de fundos municipais, nota-se que nas áreas de Saúde e Assistência Social quase todos os municípios do estado o possuem e que a maioria o possui para políticas voltadas para a Criança e o Adolescente e para a Cultura.

Tabela 22 – Existência de fundos municipais em alguns temas de interesse ao Desenvolvimento Social

	Possui	Não possui
Assistência Social (2018)	851	2
Crianças e Adolescentes (2019)	678	175
Cultura (2021)	542	311
Direitos Humanos (2019)	6	847
Habitação (2020)	364	489
Igualdade racial (2019)	10	843
Pessoas com deficiência (2019)	14	839
Pessoas idosas (2019)	174	679
Saúde (2021)	852	1

Fonte: Munic, 2018 a 2021.

Os dados a seguir, por sua vez, permitem uma análise dos municípios de Minas Gerais no que diz respeito à presença de equipamentos que oferecem serviços públicos. Será analisada a presença de escolas públicas com oferta de diferentes etapas de ensino, estabelecimentos de saúde e unidades de Assistência Social. Para as análises a seguir, os municípios serão observados de acordo com o agrupamento regional da SEDESE.

Tratando primeiramente das escolas, a tabela abaixo indica quantos municípios de cada regional em que **não** há escolas públicas com oferta de ensino em cada etapa. Pelos dados apresentados, nota-se que em todos os municípios de Minas Gerais há oferta de educação pública para alunos na Pré-Escola, no Ensino Fundamental e na Educação Especial em Classes Comuns. Somente um município em todo o estado não possui oferta de Ensino Médio na rede pública. A Educação Especial em Classes Exclusivas é ofertada em 36 municípios do estado, distribuídos em 16 regionais.

Tabela 23 – Número de municípios por regional em que não há oferta de diferentes etapas de ensino nas escolas da rede pública

		Municípios sem escolas públicas com oferta de...								
	Total de municípios	Creche	Pré escola	Ens. Fundamental Anos Iniciais	Ens. Fundamental Anos Finais	Ens. Médio	EJA	Eudc. Profissional	Educ. Especial Classes Comuns	Educ. Especial Classes Exclusivas
Almenara	17	1	0	0	0	0	1	3	0	17
Araçuaí	16	0	0	0	0	0	4	5	0	16
Curvelo	21	5	0	0	0	0	7	9	0	21
Diamantina	24	1	0	0	0	0	7	8	0	23
Divinópolis	60	0	0	0	0	1	26	41	0	58
Governador Valadares	70	7	0	0	0	0	14	42	0	69
Ituiutaba	14	0	0	0	0	0	2	8	0	12
Juiz de Fora	58	11	0	0	0	0	22	29	0	56
Metropolitana	54	5	0	0	0	0	11	13	0	47
Montes Claros	69	1	0	0	0	0	13	39	0	67
Muriaé	64	3	0	0	0	0	18	32	0	60
Paracatu	15	0	0	0	0	0	4	5	0	15
Passos	30	4	0	0	0	0	7	15	0	30
Patos de Minas	22	0	0	0	0	0	5	10	0	21
Poços de Caldas	54	2	0	0	0	0	16	30	0	50
Salinas	19	2	0	0	0	0	4	9	0	19
São João Del Rei	58	12	0	0	0	0	24	24	0	56
Teófilo Otoni	30	4	0	0	0	0	4	15	0	29
Timóteo	63	7	0	0	0	0	19	32	0	62
Uberaba	19	0	0	0	0	0	0	10	0	17
Uberlândia	16	1	0	0	0	0	5	10	0	15
Varginha	60	5	0	0	0	0	12	32	0	57

Fonte: Sinopse do Censo Escolar de 2023.

Pelos dados das tabelas acima, é possível perceber ainda que os números mais elevados de municípios sem creche pública estão nas regionais de São João Del Rey e Juiz de Fora, como também é possível ver na tabela 15 (presente na seção acerca da Primeira Infância). No caso da Educação para Jovens e Adultos (EJA), essas duas regionais são também a segunda e a terceira colocadas com mais municípios sem oferta, atrás da regional de Divinópolis.

Mais de 40 municípios das regionais de Divinópolis e de Governador Valadares não oferecem educação profissional na educação básica, podendo ser o curso ser associado ao Ensino Médio ou dentro da modalidade de Formação Inicial Continuada (FIC). Esses números correspondem a mais de 60% dos municípios destas regionais. Em Uberlândia, são 10 os municípios sem oferta de educação profissional na educação básica, contudo esse valor chama a atenção por também ser relativamente alto considerando que a regional é composta por 16 municípios. Ou seja, também no caso de Uberlândia mais de 60% dos municípios da regional não possuem educação profissional na rede pública de ensino.

Como uma tentativa de compreender a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas, os mapas apresentam a nota média do IDEB dos municípios das regionais, considerando os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Tabela 24 – IDEB médio dos municípios de cada regional SEDESE

		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Total de municípios da regional	Média IDEB dos municípios	Municípios não avaliados	Média IDEB dos municípios	Municípios não avaliados	Média IDEB dos municípios	Municípios não avaliados
Almenara	17	5,17	4	4,55	2	3,61	9
Araçuaí	16	5,57	0	4,87	1	4,14	1
Curvelo	21	5,54	1	4,91	2	4,18	8
Diamantina	24	5,88	6	4,76	6	4,09	8
Divinópolis	60	6,12	3	5,09	7	4,32	19
Governador Valadares	70	5,73	10	4,91	19	4,18	33
Ituiutaba	14	5,58	0	4,92	1	4,34	7
Juiz de Fora	58	5,79	14	4,82	22	4,29	28
Metropolitana	54	5,82	2	4,95	4	4,14	15
Montes Claros	69	5,36	16	4,66	27	3,87	36
Muriaé	64	5,79	5	4,94	15	4,35	20
Paracatu	15	5,57	1	4,88	0	4,05	2
Passos	30	6,23	0	5,28	5	4,51	13
Patos de Minas	22	6,17	0	5,25	4	4,47	7
Poços de Caldas	54	6,09	2	5,23	7	4,39	20
Salinas	19	5,81	4	4,82	2	4,07	5
São João Del Rei	58	6,06	20	5,19	17	4,55	25

Teófilo Otoni	30	5,15	2	4,56	8	3,75	18
Timóteo	63	5,84	6	5,09	8	4,31	20
Uberaba	19	5,74	1	4,83	5	3,96	12
Uberlândia	16	5,83	1	5,04	2	4,24	4
Varginha	60	5,99	1	5,11	6	4,41	25

Fonte: INEP, 2021.

Os dados da tabela 24 mostram que as regionais de Teófilo Otoni, Almenara e Montes Claros são que possuem, em média, municípios mais baixa nota de IDEB em todas as etapas de ensino consideradas. No entanto, é necessário pontuar que os dados não representam, em muitos casos, a média da totalidade dos municípios das regionais[14].

Passando a análise para a presença de estabelecimentos de saúde nos territórios, a tabela abaixo representa o número dos seguintes estabelecimentos[15] em cada regional: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Centro de Saúde/Unidade Básica; Hospital Geral; Polo Academia da Saúde; Posto de Saúde; Pronto Atendimento.

Tabela 25 – Número de estabelecimentos públicos de Saúde por regional SEDESE

Regional SEDESE	População	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Saúde/ Unidade Básica	Hospital Geral	Polo Academia da Saúde	Posto de Saúde	Pronto Atendimento
Almenara	201.381	12	82	1	13	10	0
Araçuaí	211.240	14	109	2	10	15	0
Curvelo	283.930	7	103	0	7	18	2
Diamantina	272.729	6	103	2	9	51	1
Divinópolis	1.241.829	30	402	7	20	25	10
Governador Valadares	851.938	26	311	8	38	47	1
Ituiutaba	253.917	4	68	3	6	6	0
Juiz de Fora	1.047.787	20	241	7	6	52	3
Metropolitana	5.778.084	75	845	22	105	47	43
Montes Claros	1.421.162	42	522	19	59	93	3
Muriaé	978.393	36	351	4	27	67	3

[14] Os dados dos municípios não são divulgados quando o número de alunos participantes na prova SAEB – que testa o aprendizado nos alunos em língua portuguesa e matemática – é insuficiente para se obter um indicador representativo do conjunto de estudantes.

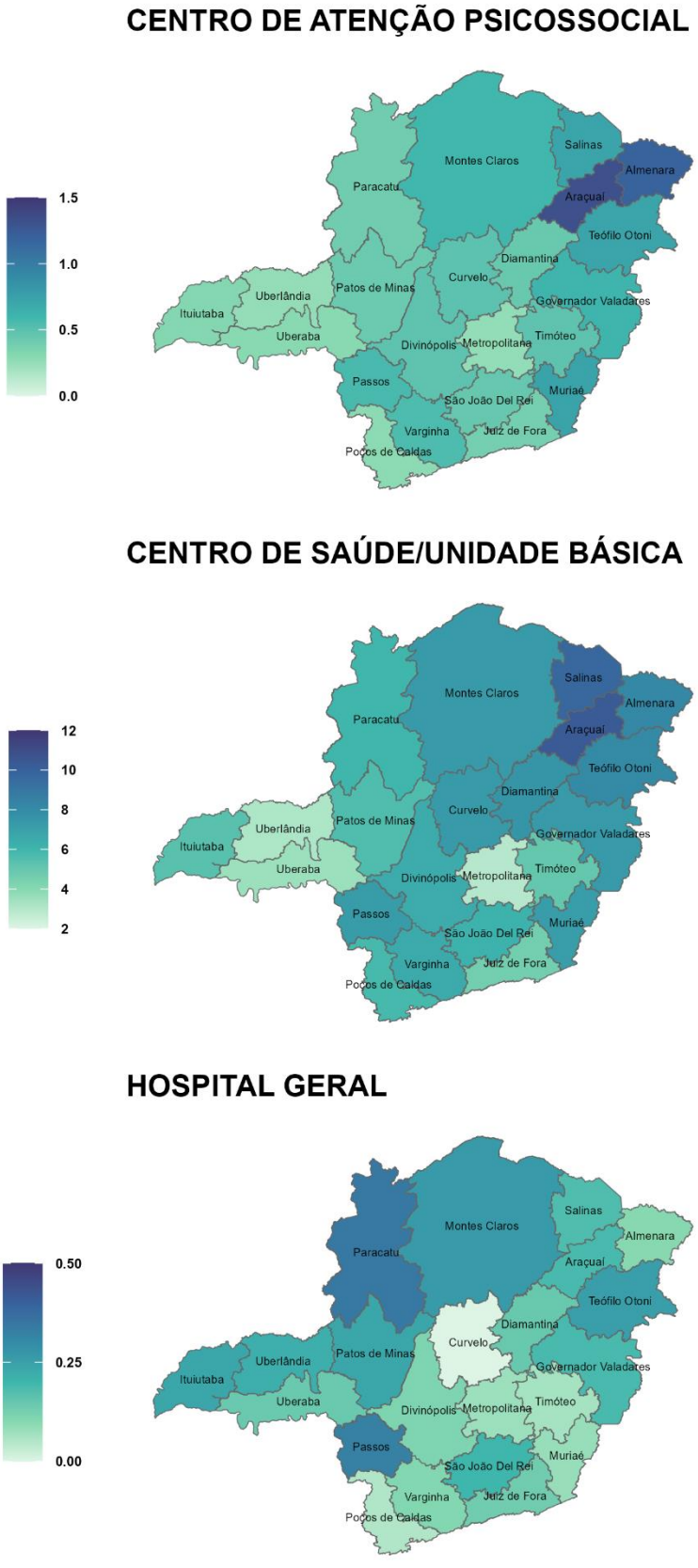
[15] É possível saber o quantitativo de outros tipos de estabelecimentos, mas esses foram selecionados porque são considerados chave para um diagnóstico do alcance do poder público em serviços básicos de Saúde.

Paracatu	347.745	7	104	6	16	19	1
Passos	492.069	14	178	8	17	14	3
Patos de Minas	510.298	11	143	6	13	13	6
Poços de Caldas	1.128.216	16	328	3	10	53	8
Salinas	222.434	8	108	2	20	13	1
São João Del Rei	806.076	18	249	8	22	66	2
Teófilo Otoni	471.078	17	191	6	17	13	1
Timóteo	1.199.005	29	301	4	25	59	4
Uberaba	682.371	10	121	5	8	13	10
Uberlândia	1.011.565	13	158	11	6	15	4
Varginha	1.126.742	31	367	6	14	53	6

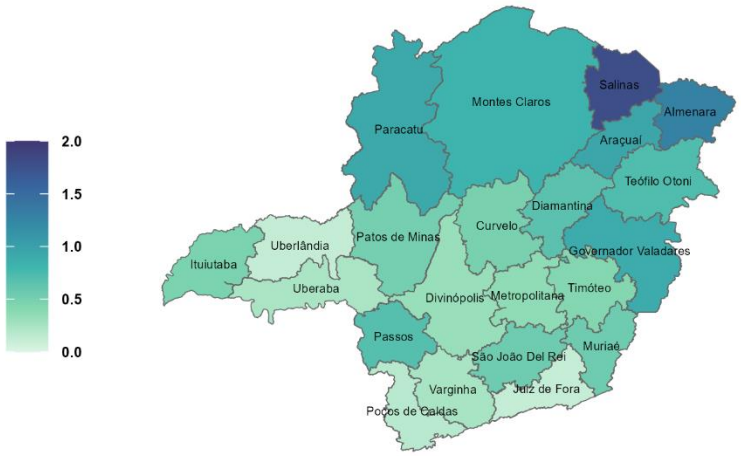
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, abril de 2024.

Para entender melhor o quanto os números absolutos de estabelecimentos de Saúde representam segundo a população das regionais, os mapas abaixo colorem as regionais de acordo com a razão correspondente ao número de cada tipo de estabelecimentos para cada 20 mil habitantes dos territórios.

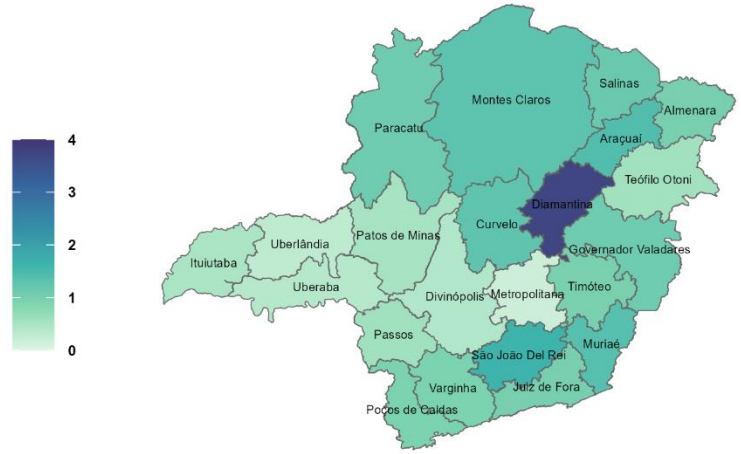
Figura 3 – Número de estabelecimentos de Saúde, por regional, para cada 20 mil habitantes



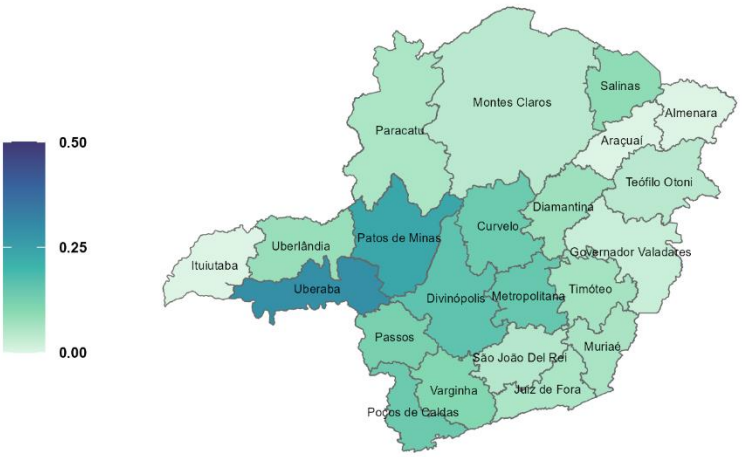
POLO ACADEMIA DA SAÚDE



POSTO DE SAÚDE



PRONTO ATENDIMENTO



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, abril de 2024; Censo Demográfico, 2022.
Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Em termos relativos, as regionais ao norte e noroeste do estado, que possuem índices mais elevados de pobreza, muitas vezes são as que têm mais equipamentos públicos de Saúde por habitantes, considerando estritamente a existência dos estabelecimentos. Para se medir não somente a existência de estabelecimentos, mas também a qualidade dos serviços na vida da população, foram selecionados os indicadores da tabela a seguir.

Tabela 26 – Indicadores de saúde das regionais SEDESE de Minas Gerais

Regional SEDESE	% de pessoas cobertas pela Atenção Básica (2020)	% de pessoas cobertas pela Estratégia Saúde da Família (2020)	% de crianças menores de 1 ano vacinadas (2021)	Óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos (2021)	% de pessoas idosas vacinadas contra gripe (2019)	% de internações que são por condições sensíveis à atenção primária (2022)
Almenara	88,2	87,4	95	0	79,1	22,6
Araçuaí	100	100	90,8	0	84,6	22,6
Curvelo	94,1	92,7	105,5	0	79,4	13,2
Diamantina	99,9	99,9	85,7	0	84,1	19,7
Divinópolis	91,6	89,9	92,6	0	75,6	17,3
Governador Valadares	97,6	97,3	83,2	3,3	80,4	23,4
Ituiutaba	92,2	87,8	87,4	0	75,6	19,5
Juiz de Fora	92,1	88,2	93	3,3	76,8	21,6
Metropolitana	91,8	84,8	84,2	17,2	76,7	16,9
Montes Claros	99,8	98,8	98,4	2,7	76,2	20,6
Muriaé	96,8	95,5	85	0	75,6	22,5
Paracatu	94,4	91	89,7	38,4	74,7	13,9
Passos	83,1	80,2	94,3	0	73,3	17,7
Patos de Minas	92,4	90,8	91,1	0	75	16,6
Poços de Caldas	90,7	84,8	90,5	0	74,9	18,8
Salinas	94,7	94,7	88,9	0	80,9	21,5
São João Del Rei	92,6	89,5	91,4	0	78,5	21,4
Teófilo Otoni	99,7	99,4	80,8	0	80,7	29
Timóteo	97,7	95,8	89,8	0	78,7	18,5
Uberaba	87,5	77,8	82,7	10,6	76,1	17,8
Uberlândia	83,2	77	101	5,8	78	16,5
Varginha	91,8	86,5	87,9	0	73,5	21,7

Fonte: Fiocruz, PROADESS. Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Pelos dados da tabela 26, é possível perceber que as regionais com menores percentuais de pessoas cobertas pela Atenção Básica e pela Estratégia Saúde da Família são as de Passos, Uberlândia e Uberaba. Uberaba é também uma das regionais do estado com menor percentual de crianças menores de 1 ano que possuem o quadro vacinal completo, atrás de Teófilo Otoni, na primeira posição. Com relação aos óbitos maternos, o índice de Paracatu chama a atenção, pois se mostra bem mais elevados em comparação às demais regionais.

Passos, Varginha e Paracatu são as regionais com menores percentuais de pessoas idosas vacinadas contra gripe e, com relação ao internações que são por condições sensíveis à atenção primária, a regional de Teófilo Otoni apresenta percentual mais crítico, correspondente a 29%.

Partindo a análise para desta seção para o diagnóstico da oferta de serviços de Assistência Social em Minas Gerais, a tabela abaixo mostra o quantitativo de equipamentos nas regionais do estado.

Tabela 27 – Número de equipamentos de Assistência Social nas regionais SEDESE, por tipo

Regional SEDESE	População	CRAS	CREAS	Centro POP	Unidade de Acolhimento	Centro de Convivência	Centro Dia	Posto de cadastramento
Almenara	201.381	18	6	0	12	11	4	13
Araçuaí	211.240	22	7	0	12	13	4	11
Curvelo	283.930	23	5	0	23	19	8	8
Diamantina	272.729	29	14	0	24	27	7	16
Divinópolis	1.241.829	83	23	1	84	56	33	31
Governador Valadares	851.938	76	21	1	49	18	17	7
Ituiutaba	253.917	21	3	0	19	14	8	4
Juiz de Fora	1.047.787	77	10	2	58	46	16	8
Metropolitana	5.778.084	174	47	14	225	213	25	50
Montes Claros	1.421.162	102	28	2	61	50	18	33
Muriaé	978.393	81	19	1	63	36	21	21
Paracatu	347.745	23	7	0	22	3	9	6
Passos	492.069	35	7	1	34	26	14	9
Patos de Minas	510.298	29	7	0	35	13	20	13
Poços de Caldas	1.128.216	67	17	2	82	61	24	17
Salinas	222.434	23	6	0	12	4	4	19
São João Del Rei	806.076	72	8	1	48	23	24	20
Teófilo Otoni	471.078	37	15	1	27	17	8	22
Timóteo	1.199.005	88	13	2	59	42	22	21

Uberaba	682.371	30	5	1	48	70	7	6
Uberlândia	1.011.565	35	9	1	36	64	12	7
Varginha	1.126.742	84	18	1	89	46	39	30

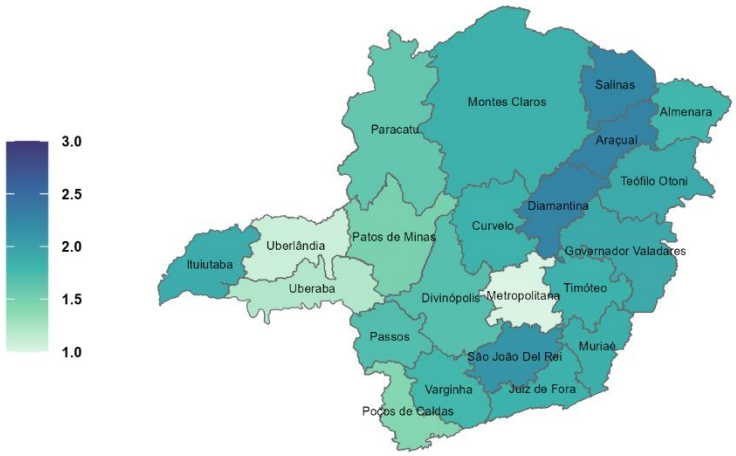
Fonte: Censo SUAS, 2023.

Para mostrar a representatividade do número de equipamentos em relação à população total das regionais, o quantitativo dos equipamentos foi dividido para cada 20 mil habitantes, assim como foram trabalhados os dados de estabelecimentos de Saúde[16].

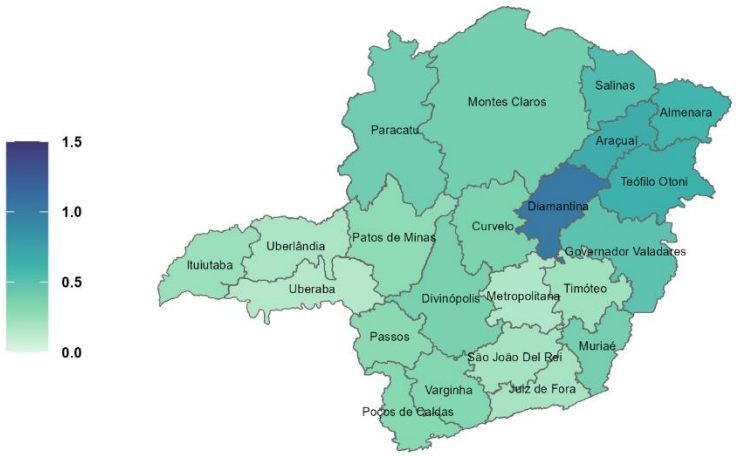
Figura 4 – Número de unidades de Assistência Social, por regional, para cada 20 mil habitantes

[16] Contudo, o número de CRAS a ser dividido para cada 20 mil habitantes foi contabilizado de maneira distinta, para que fosse considerada a capacidade de referenciamento de cada unidade. As unidades do CRAS com capacidade de referenciamento de até 2.500 famílias foram contadas como uma unidade, as que possuem capacidade para 3.500 famílias como 1,5 unidade e as com capacidade para 5.000 famílias como 2 unidades. Para os demais tipos de equipamentos, o total simples absoluto foi dividido para cada conjunto de 20 mil habitantes do território.

CRAS

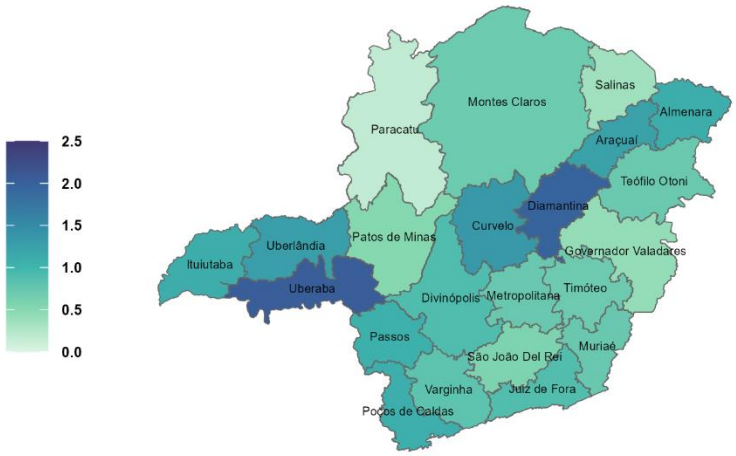


CREAS



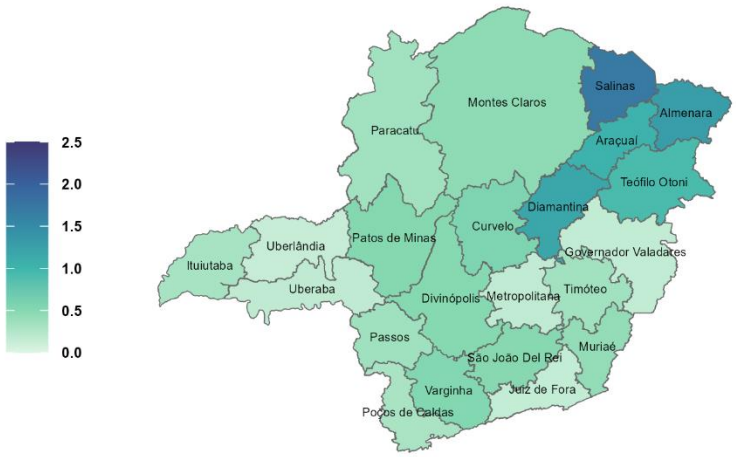
UNIDADE DE ACOLHIMENTO

CENTRO DE CONVIVÊNCIA



CENTRO DIA

POSTO DE CADASTRAMENTO



Fonte: Censo SUAS, 2023; Censo Demográfico, 2022.
Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

Pelos dados da tabela abaixo, é possível ver as notas médias dos CRAS e CREAS das regionais SEDESE, em relação à sua estrutura física, à composição das equipes e aos serviços prestados. Tais atributos constituem a avaliação dos equipamentos pelo IDCRAS e IDCREAS, índices que vão de 0 a 5 em que 5 representa a nota máxima de desempenho. Na tabela são apresentados ainda dados do IDConselho, que avalia os Conselhos Municipais de Assistência Social em relação à sua estrutura física, dinâmica de funcionamento e composição. Também é um índice de 0 a 5 em que 5 representa a nota máxima de desemprenho.

Tabela 28 – IDCRAS, IDCREAS e IDConselho médio dos municípios das regionais SEDESE de Minas Gerais

Regional SEDESE	IDCRAS_Media	IDCREAS_Media	IDConselho_Media
Almenara	3,57	3,16	2,88
Araçuaí	3,42	3,33	3,31
Curvelo	3,4	3,47	3,21
Diamantina	3,37	2,96	2,83
Divinópolis	3,4	3,35	3,02
Governador Valadares	3,68	3,14	2,73
Ituiutaba	3,36	3,56	2,57
Juiz de Fora	3,52	2,67	2,59
Metropolitana	3,42	3,34	3,16
Montes Claros	3,44	3,6	3,17
Muriaé	3,6	3,44	2,73
Paracatu	3,03	3,33	2,29
Passos	3,78	3,38	2,88
Patos de Minas	3,4	3,52	2,98
Poços de Caldas	3,32	3,47	2,37
Salinas	3,78	3,56	3,7
São João Del Rei	3,28	3,34	2,66
Teófilo Otoni	3,47	3,03	2,71
Timóteo	3,53	3,69	2,82
Uberaba	3,83	3,73	2,95
Uberlândia	3,49	3,57	2,94
Varginha	3,54	3,06	2,77

Fonte: IDCRAS, IDCREAS, IDConselho, 2022. Os dados foram trabalhados pela Sedese/MG.

A regional de Paracatu é a que apresenta notas médias de IDCRAS e IDConselho mais reduzidas. A regional de Poços de Caldas tem o segundo menor IDConselho, atrás de Paracatu. As regionais de Juiz de Fora e Diamantina são as que têm as notas mais baixas de IDCREAS.

Ou seja, os dados apresentados em toda a seção de Oferta de Serviços Públicos apontam o problema da pobreza nas regionais de Araçuaí, Salinas, Teófilo Otoni, Almenara, Diamantina e Montes Claros não é inteiramente perpetuado pela ausência do poder público nessas regionais. Contudo, é necessário compreender mais aprofundamente a qualidade dos serviços ofertados e as outras causas – de caráter econômico, cultural e político – que se apresentam como obstáculos para a superação da pobreza em tais territórios.

Referências Bibliográficas

BARROS, Ricardo Paes de, CARVALHO, Mirela de, MEDONÇA, Rosane. **Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2022**: Resumo executivo. Santiago: 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Notas Metodológicas. Rio de Janeiro: 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília: 3 ed., 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Portaria n° 177, de 16 de junho de 2011**.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza**: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

TROLLER-RENFREE et al. **The impact of poverty reduction intervention on infant brain activity**. Proc Natl Acad Sci: 2022.